

SALVE 19 DE ABRIL



do Dr. Getúlio Vargas

sem palavras, mas com a imensa satisfação de

"Visão Brasileira"

VISÃO BRASILEIRA

19

○
aniversario
do
Presidente
Getulio
Vargas



Na passagem de mais um aniversário do presidente Getúlio Vargas, o povo brasileiro presta hoje ao eminente chefe da nação as melhores homenagens e demonstra outras de alto apreço e grande consideração.


Coleção
Documentos
55

A INCORPORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE VARGAS

AO ROL DAS DATAS CÍVICAS NACIONAIS (1941)

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSOFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

**A INCORPORAÇÃO DO
ANIVERSÁRIO DE VARGAS AO ROL
DAS DATAS CÍVICAS NACIONAIS
(1941)**





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES

VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS

1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES

2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO

TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

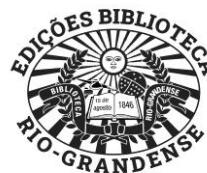
A INCORPORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE VARGAS AO ROL DAS DATAS CÍVICAS NACIONAIS (1941)



- 55 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2021

Ficha Técnica

- Título: A incorporação do aniversário de Vargas ao rol das datas cívicas nacionais (1941)
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Documentos, 55
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: Ilustrações das revistas *Visão Brasileira* (abr. 1941) e *Carioca* (19 abr. 1941)
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2021

ISBN – 978-65-89557-27-2

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.



Conselho Editorial/Científico

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG)
José Eduardo Franco (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

APRESENTAÇÃO

Nos moldes dos regimes autoritários típicos da primeira metade do século XX, o Estado Novo demarcou uma ferrenha personalização do regime em torno do líder máximo, buscando uma ampla valorização e uma superexposição da figura de Getúlio Vargas. Nesse sentido, foi estabelecida, mormente por meio da propaganda, uma verdadeira mitificação em torno da presença do Presidente, levada em frente pelos órgãos de publicidade, apelando para o convencimento da população, com uso de recursos que nem sempre primavam pela concretude e pela racionalidade. Tal estruturação desse mito político não trazia consigo necessariamente “um ato do intelecto, analítico e abstrato, mas um ato da vontade, baseado na aprendizagem *intuitiva* – imediata, global e não-analítica de uma verdade ligada às mais fortes tendências de um povo” e, desse modo, “particularmente apto a sustentar a ação política de massa”. Esse “conhecimento extra-racional e intuitivo” e os “valores cuja verdade tinha que ser ‘sentida’ e ‘vivida’ e não demonstrada” serviriam “para fundamentar a verdade epistemológica e psicológica de teorias autoritárias e nacionalistas normalmente baseadas em hipóteses organicistas”¹.

O personalismo político nos modelos autoritários tem por “traços relevantes a aguda sensibilidade pelo poder, a rigidez e o conformismo”, de maneira que “a personalidade autoritária tende a pensar em termos de poder, a reagir com grande intensidade a todos os aspectos da realidade que tocam,

¹ BONAZZI, Tiziano. Mito político. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 755.

efetivamente ou na imaginação, as relações de domínio”². Durante o Estado Novo, houve uma tendência de mobilização em torno de mitos políticos, ora calcados no passado, com a edificação de um panteão dos “heróis nacionais”, ora, no presente, com a qualificação elogiosa a diversos integrantes da administração pública, e, dentre eles, com gigantesca veemência, ficou demarcada a presença de Getúlio Vargas. Tal processo foi tão marcante que até mesmo a data natalícia do Presidente da República viria a ser elencada no calendário cívico nacional. Assim, “o aniversário de Vargas, a partir dos anos 40, era solene e festivamente comemorado em todo o país, sob a denominação de “Uma grande data”³.

Essa personalização mítica cujo epicentro se encontrava no protagonista do Estado Novo, partia da perspectiva pela qual “o ator político deve se apresentar em cena demonstrando possuir requisitos excepcionais”, de modo que passavam a ser “necessários à caracterização dos ‘legítimos condutores do povo’ e dos ‘autênticos chefes’ traços” como “força, coragem, magnanimidade, bondade, generosidade, perseverança, retidão de caráter, energia, clarividência, vontade, sabedoria, autoridade”. Tal “individualidade, que transcende a medida comum, representava um divisor de tempos”, de maneira que “existia um Brasil anterior e um Brasil posterior ao advento de Getúlio Vargas” e, “no tempo” deste,

² STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 98.

³ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 90.

dera-se “a consolidação da unidade material e espiritual e ele era apontado como o produtor dessa unidade”⁴.

Nessa linha, “a arquitetura do Estado Novo pressupunha mais do que a ideia da ação de um líder”, mas também a construção da “imagem de um líder criador e dirigente de um novo projeto de nação”. Além disso, “tratava-se de mostrar um estadista com uma forte marca pessoal: o jeito simples, alegre e cordial”, de modo que o “Getúlio captado e valorizado pelas lentes” do aparelho ideológico governamental não era “visto como um dirigente político distante, afeito exclusivamente às esferas palacianas”, ocorrendo, isto sim, a busca por realçá-lo pela “face humana do homem público”. Ele “foi fartamente retratado em caminhadas nas ruas, cercado de crianças e de pessoas humildes, inaugurando escolas e visitando obras assistenciais”. Já “nas grandes concentrações de massa e nos desfiles em carro aberto, o riso farto acompanhado do tradicional aceno cunhou a fisionomia de um regime que era autoritário”, mas estaria a desejar buscar a garantia dos “direitos e o apoio das massas trabalhadoras”. Criava-se “a impressão de que o líder estava em toda parte”, se fazendo “presente no retrato oficial pendurado em escolas e repartições públicas, nas montagens fotográficas que o colocavam no centro das ações governamentais no campo econômico, social, educativo e de defesa

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 262.

nacional”, bem como “nos estandartes empunhados em comemorações públicas e bailes, em marchinhas e sambas que popularizavam ainda mais sua figura”⁵.

Ao longo do regime estado-novista e com ênfase ainda maior na década de 1940, a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda “fortaleceu a ‘mística’ de Getúlio Vargas, como chefe supremo, clarividente, pai dos pobres” e “emancipador da economia através da indústria e da ideologia nacionalista”⁶. Nesse quadro, “a máquina da propaganda disseminava o rosto pessoal do regime através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas”. Além disso, Getúlio Vargas teve seu “nome doado a grandes instituições, provas esportivas, logradouros públicos”, bem como “sua vida é recontada em detalhes, passando através de ampla literatura, escrita e encomendada, por uma reescritura mítica das suas qualidades pessoais de chefe predestinado”⁷.

Uma vez “justificada a necessidade de atribuir-se a autoridade suprema a um Chefe, restava demonstrar que Vargas era a pessoa adequada a cumprir essa função”, com “a construção de uma imagem carismática de Getúlio”, ação que acabou por constituir “uma das mais significativas atividades da propaganda do Estado Novo”, levando à edificação de “um verdadeiro culto à sua

⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi (dir.). *Estado Novo: a construção de uma imagem*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 19.

⁶ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve Historia contemporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 88-89.

⁷ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus; Editora da UNICAMP, 1989. p. 47-48.

personalidade". Nesse contexto, "cuidadosamente, a figura do chefe foi sendo elaborada de modo a caracterizá-lo como um ser dotado de qualidades excepcionais, onipresente e onisciente, ao mesmo tempo em que, humano, simples e acessível", ou seja, como um "líder que personificava os interesses do povo e os exprimia". Desse modo, "Getúlio transformava-se em gênio político, qualidade que justificava sua liderança e legitimava suas decisões, ao mesmo tempo em que era popular o suficiente para compreender e defender os interesses do povo". A propalada "superioridade" do governante "o tornava merecedor de ser seguido" e "sua simplicidade demonstrava que compreendia seus seguidores"⁸.

Este trabalho intenta promover um breve levantamento documental acerca da personalização do regime em relação a Getúlio Vargas, levando em conta algumas das manifestações que marcaram o aniversário presidencial, em abril de 1941. Para tanto, foi destacada a "sessão cívica" organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e da qual resultaria a publicação denominada *19 de abril: uma grande data*, editada pelo mesmo órgão, no sentido de glorificar o chefe de Estado. Com a mesma natureza laudatória, o Instituto Nacional de Ciência Política também organizou uma atividade composta de palestras acerca do líder do Estado Novo, a partir da qual se originaria o livreto *Getúlio Vargas: coerência nas atitudes*, também abordado nessa pesquisa. Finalmente, aparece um breve arrolamento que, na forma de amostragem,

⁸ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 88-89.

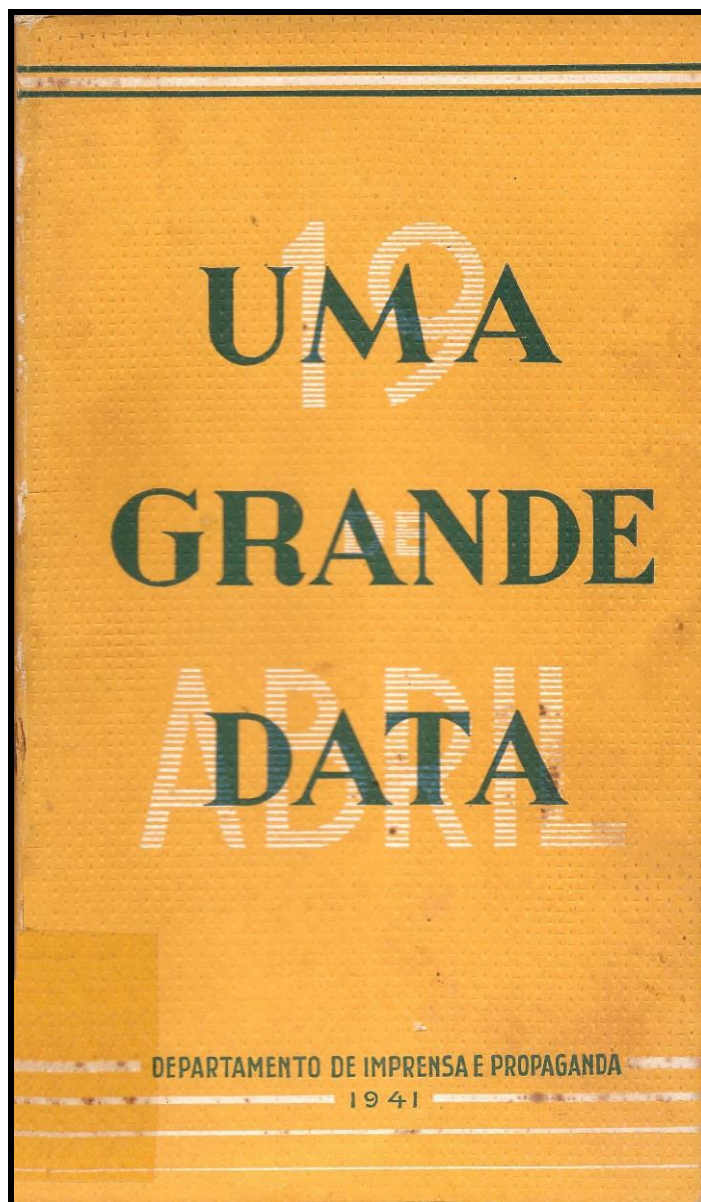
mostra as repercussões em algumas das revistas do Rio de Janeiro acerca do aniversário de Getúlio Vargas no ano de 1941. A partir dessas manifestações, membros do governo, intelectuais e jornalistas reforçavam a mitificação política em torno de Vargas, visando a dar ares de racionalidade nas exposições elogiosas, sem deixar de lado a perspectiva sentimental e intuitiva ligada à personificação do mito.

ÍNDICE

<i>19 de abril: uma grande data.....</i>	19
<i>Getúlio Vargas: coerência nas atitudes.....</i>	79
O aniversário de Vargas em algumas das revistas do Rio de Janeiro.....	133

19 DE ABRIL: UMA GRANDE DATA

O aniversário de Getúlio Vargas em abril de 1941 ocasionou a realização de uma atividade alusiva organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O próprio órgão anunciava que, “entre as festividades promovidas em todo o Brasil, no dia 19 de abril deste ano, para celebrar o natalício do Presidente Getúlio Vargas”, foi realizada, “no Palácio Tiradentes, sede do Departamento de Imprensa e Propaganda, uma sessão cívica, sob a presidência do Sr. Francisco Campos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores”. No evento “falaram sobre a grande data o general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, e o Sr. João Neves da Fontoura, da Academia Brasileira de Letras”. Além disso, “pelo microfone do DIP, à ‘Hora do Brasil’, o Sr. Henrique Dodsworth, Prefeito do Distrito Federal, como intérprete da Capital da República, saudou o chefe da Nação”. De tal ato celebrativo resultaria a publicação, ainda no ano de 1941, do livro *19 de abril: uma grande data*, com cento e nove páginas e dimensões de 13,2 X 23,1 cm. A impressão foi realizada no Rio de Janeiro pela empresa Zelio Valverde Livreiro-Editor, mas a edição saiu sob os auspícios do DIP. O escopo do livro era a divulgação dos discursos pronunciados por ocasião da efeméride, transcritos na íntegra e contribuindo com o processo de mitificação e personalização do regime em torno do personagem central – Getúlio Vargas.



A presidência dos trabalhos coube ao político mineiro Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), que iniciou sua carreira como deputado estadual em Minas Gerais. Mais tarde, cumpriu dois mandatos como deputado federal pelo seu Estado natal, para depois assumir a Secretaria do Interior no governo mineiro. Fez parte das articulações para a formação da Aliança Liberal e, já no Governo Provisório, tornou-se Ministro da Educação e Saúde. Foi também Secretário da Educação do Distrito Federal. Nos anos 1930, acentuou sua postura conservadora e favorável a modelos autoritários, tendo participação efetiva na preparação do golpe do Estado Novo, tornando-se um de seus principais ideólogos, com papel decisivo na elaboração da Constituição de 1937. Pouco antes da instalação da ditadura estado-novista foi nomeado Ministro da Justiça, para depois atuar como representante brasileiro na Comissão Jurídica Interamericana, cargo no qual permaneceu para além da existência do Estado Novo, prosseguindo posteriormente com sua carreira política⁹. Na ocasião da solenidade que deu origem ao livro *19 de abril: uma grande data*, Francisco Campos limitou-se a uma brevíssima fala, dando abertura aos trabalhos e anunciando o primeiro palestrante. Ainda assim, não deixou de enaltecer uma “grande obra” governamental, simbolizada por “um grande homem de Estado” e “grande chefe”.

#####

⁹ MALIN, Mauro. Francisco Campos. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 1, p. 997-1008.

Abrindo os trabalhos da sessão cívica, realizada no Palácio Tiradentes, o Ministro Francisco Campos pronunciou as palavras que se seguem.

Aqui estamos reunidos para celebrar uma grande data e festejar a grande obra de um governo, de um grande homem de Estado e de um grande Chefe.

Vamos ouvir dois brasileiros ilustres, que dispensam qualquer apresentação e qualquer encômio.

Tem a palavra o Sr. general Góis Monteiro.

#####

A primeira fala do evento alusivo ao aniversário de Getúlio Vargas, em 1941, coube ao chefe do Estado Maior do Exército, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956), alagoano de nascimento, mas que teve boa parte de sua formação militar vinculada ao Rio Grande do Sul. Participou ativamente da Revolução de 1930, assumindo o comando militar do movimento, estando à frente das tropas que partiram do Estado sulino. Instalado o Governo Provisório, teve um papel político importante, tornando-se uma eminência parda junto aos novos detentores do poder. Participou ativamente da formação da Legião Revolucionária e do Clube 3 de Outubro, entidades formadas para defender o

novo *status quo* pós-1930. Comandou a 2ª Região Militar e participou da comissão que elaborou o anteprojeto constitucional, base do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte que elaboraria a Constituição de 1934. Foi Ministro da Guerra, sem deixar de atuar na política, vindo a ser um dos principais articuladores do golpe que instalou o Estado Novo. Pouco antes da deflagração do regime, assumiu o comando do Estado Maior do Exército. Já ao final da ditadura estado-novista, desempenhou ação relevante na desintegração do modelo autoritário, continuando sua vida pública nos anos que se seguiram¹⁰.

A fala do militar já assumia tons panegíricos logo na abertura, ao exaltar a figura de Vargas como um “guia clarividente e sensato”, que vinha “conduzindo nossos destinos com mão segura e prudente”. Em princípio Góis Monteiro se referia ao difícil período vivido pela humanidade naquela época, tendo em vista a II Guerra Mundial, chegando a denominar aquele momento de “tempos catastróficos”. A fala destacava a ação de Getúlio Vargas como “uma vida dedicada à Nação”, apresentando alguns poucos pontos acerca da biografia do político, com ênfase às suas vivências no Rio Grande do Sul. A atuação política do Presidente era resumida em dois termos – “paciência e fé”, passando o orador a exemplificar vários momentos em que se teria comprovado tal premissa. Os tradicionais adversários do modelo estado-novista, o federalismo mais exacerbado, o “estadualismo caudilhesco”, o liberalismo e o comunismo também

¹⁰ RAMOS, Plínio de Abreu. Góis Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 4, p. 3842-3856.

compunham o discurso. A própria existência do Estado Novo era confundida com a atuação de Vargas, segundo a concepção de Monteiro. Nesse sentido, ele ressaltava que “a organização do Estado Nacional Brasileiro resultou, pois, de uma imposição” da “experiência no poder” de parte do Presidente, de modo que o regime teria sido “um fruto nascido de solo trabalhado por mãos treinadas e sábias”. Além disso, o militar argumentava que o Estado Novo contava com a aceitação popular, pois a “concepção do atual regime teve o apoio de todos os brasileiros que, consciente ou subconscientemente, tenham guardado a verdadeira tradição da unidade nacional”, bem como “do dever” de salvar, “antes de tudo o mais, esse patriotismo santíssimo”. Ao final, Góis Monteiro fazia referência ao “grande merecimento do Presidente” em relação às homenagens recebidas.

#####

Discurso pronunciado pelo general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército brasileiro

Não me julgo bem qualificado para discorrer sobre a personalidade invulgar do Presidente Getúlio. Faltam-me predicados essenciais e autoridade bastante para desincumbir-me da missão que me confiou, nesse sentido, o meu distinto amigo, ministro Eurico Dutra, a de ser o porta-voz do Exército nas homenagens tão significativas, que estão sendo preparadas ao eminente Chefe da Nação por motivo do seu aniversário natalício, após 10 anos de governo benéfico para o povo brasileiro.

Devo, em primeiro lugar reconhecer e denunciar a minha suspeição em alta dose, para exaltar a obra formidável em que se tem empenhado sua excelência e que, não tenho receio de o proclamar – foi a de evitar que o Brasil se fosse acabando. O “processus” de desintegração alcançara fase adiantada, quase irremissível, quando sua excelência subiu ao poder pela força das energias nacionais restantes, e desde então, como guia clarividente e sensato, vem conduzindo nossos destinos com mão segura e prudente, sob o empuxo das fatalidades sociológicas que herdamos, e dentro da relatividade de nossa posição entre os países de civilização ocidental.

Em 11 anos de trabalho comum e de convívio permanente – ele como meu chefe e eu como seu soldado – os laços afetivos e de solidariedade forçosamente se desenvolveram e se estreitaram entre nós a ponto de eu dificilmente poder

manter-me imparcial no julgamento ainda que sincero e convicto dessa obra política magnífica que ele realiza para a posteridade, transpondo uma via áspera e muitas vezes dolorosa. Neste decênio de destruições e de reconstruções sociais, preenchido por seu governo, tenho sido de longe em longe – de algum modo “magna pars” em lanços espaçados e agudos.

Ainda não soou para mim – já desfigurado pelas transformações do tempo na natural degradação da matéria – a hora do silêncio e da quietude, depois dos tremendos embates suportados com a calma ilusória e tranquilidade aparente, suscetíveis de mascarar as agonias do foro interior. Mas, além dessas razões de intimidade, tão sentimentais, que me coíbem nesta data de regozijo nacional e pessoal, de dar a mais ampla e condigna extensão, que merece, à apologética da obra governamental do Presidente Getúlio, cujos contornos estão demarcados por uma ação persistente no sentido do mais sadio nacionalismo – restrições formais de ordem funcional e de subordinação hierárquica, limitam também as condições em que eticamente poderei pronunciar a respeito dessa obra as minhas afirmações ou negações conceituais.

Hora trágica e indefinida

Na hora trepidante, trágica e indefinida que se abriu para os povos, já com repercussão aterradora e transmontante nos países do hemisfério ocidental, a posição de Chefe de Estado Maior é demasiadamente delicada, sobretudo numa Nação que tenha de medir seus recursos e possibilidades entre fatores

contraditórios e dispersivos – para formação da força eficiente e suficiente de sua defesa. Essa preocupação máxima e absorvente deve ser a de todos nós brasileiros, a fim de não sermos apanhados desprevenidos e incautos na indolência do slogan justificativo de que somos “um povo em formação”, cujas classes dirigentes são, por esse motivo, passíveis de todas as influências desnaturadoras da nacionalidade, todavia **imperdoáveis**. Nesta solene emergência expectante do vendaval que assola outras partes do mundo e avança em nossa direção, seria preferível que o Chefe do Estado Maior brasileiro permanecesse calado. Só por imposição amistosa do Ministro da Guerra tenho aceitado incumbências de falar em público, em nome do Exército, nestes últimos anos tão convulsionados de fatos trágicos, que o mais leviano espírito procura impor-se a reserva da meditação e o dever sagrado do silêncio operoso, vigilante e austero. Mas, encarregado uma vez mais dessa incumbência, agora será para contribuir com um depoimento esmaecido sobre a figura política do Chefe Supremo das Forças Armadas: e espero e desejo que as minhas palavras sejam interpretadas no sentido profundo que lhes empresto, como um homem precocemente envelhecido no serviço da Nação, curado, pelo fogo purificador dos embates, de quaisquer veleidades e ilusões falsas, alheio, por temperamento e pela religião íntima do espírito, às ambições materiais e glórias terrenas, mais do que nunca, ao atingir o outono da existência, ardendo na flama do ideal de ver a nossa Pátria engrandecida e triunfante nos caminhos ínvios e incertos destes tempos catastróficos.

Ser grande e triunfante na paz, quando uma conspiração favorável dos acontecimentos inscreve nos anais humanos a página rarefeita das idades de ouro, não tem a mesma comoção do triunfo e da grandeza conseguidos nas vicissitudes e adversidades, que a paciência e a fé ardente atravessaram e venceram, antes de subir os degraus do Capitólio.

Paciência e fé

Ao comemorarmos, hoje, entre festas de júbilo nacional, consagradoras de uma vida dedicada à Nação, na pessoa do Presidente Getúlio, vale salientar que usei intencionalmente desses dois vocábulos – **paciência e fé** – como de um binômio capaz de abranger e definir a sua prática política, e a força e a segurança de sua arte de governar.

Paciência em face do mundo exterior e seus obstáculos; paciência do espírito que se ajusta à variedade, complexidade e indeterminação dos fenômenos sociais; paciência de inteligência que sofre com resignação moderada e transitória as insuficiências da realização relativamente à beleza do ideal sonhado; paciência com as imperfeições dos assecclas e parasitas, com as incompreensões dos adversários e precipitados; paciência ante as forças cegas e imponderáveis da dinâmica social, irreduzíveis ao cálculo mais presciente e à vontade mais rija e, não raro, suscetíveis de influir tão estranhamente na evolução dos destinos deste mundo sublunar.

Mas também a fé que acrisola; a fé que redime as transações e transigências da arena empoeirada dos fatos; a fé que restaura, nos exames da consciência esclarecida, as matrizes criadoras do apostolado; a fé que encoraja e anima, a fé que, no momento culminante do drama, se traduz em resoluções heroicas e rebenta fora as cristalizações interiores da meditação indefesa e discreta – a fé-intuição.

Essa tem sido a linha de vida do Presidente Getúlio; vida de paciência denodada com o dom temporário de suas melhores e mais amadas aspirações à voracidade irrequieta do turbilhão humano; vida de fé, no seu esforço sempre premiado pela providência das coisas, para imprimir nesse turbilhão as marcas do seu evangelho e as feições essenciais de sua mensagem; vida de soldado – que ele foi um dia na mocidade, e o será sempre, aprumado, vertical, incorruptível pela paciência e pela fé, que são, com a glória e o martírio, o apanágio do soldado.

Desde os tempos de sua mocidade acadêmica, em Porto Alegre, quando, por delegação da Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul, foi porta-voz incumbido de saudar o Presidente eleito da República, Dr. Afonso Pena, o conheci e reconheci, de então por diante, entre os intervalos em que se tangenciavam assintoticamente nossas trajetórias, na vida pública, munido das qualidades excelsas dos coordenadores das forças espirituais e emotivas de nossa geração, pela soma dos valores de sua individualidade marcante, que, desde aqueles labores, o assinalavam com a predestinação magnética e misteriosa do comando.

Ao depois, no seu Município natal, na legislatura de seu Estado, na representação federal, no Ministério, entre os executivos estaduais, sempre a sua figura caminhou para o primeiro plano e primeiro posto com assentimento, consenso, entusiasmo e confiança de seus concidadãos, sem que jamais uma derrota fermentasse em suas alma essas amargas reservas de ressentimento e rancor, que turvam e perturbam a obra política de tantos líderes depois da conquista do poder.

Magnanimidade de conduta

A felicidade incomparável de sua carreira deve ser, em parte, responsável pela magnanimidade de sua conduta para com os adversários, cabendo a responsabilidade da outra parte à sua visão irônica mas piedosa da corrida humana para a meta dos seus apetites, dos seus sonhos, dos seus amores e dos ódios que, não raro, os suprem.

A sua filosofia política, infensa aos esquemas abstratos das escolas, nasceu e floriu da sua natureza, da sua experiência e trato com o poder, do seu convívio com os problemas concretos da direção.

Ainda aí a ductilidade de seus engenhos facultou-lhe sentir e observar as circunstâncias diversas do funcionamento de uma engrenagem constitucional típica, como a do Rio Grande do Sul, os movimentos emperrados, descompassados ou falsos da Constituição Republicana de 1891, a técnica dos

poderes discricionários que a Revolução de Outubro de 1930 lhe concedeu e o metabolismo nati-morrente da Carta de 1934.

A organização do Estado Nacional Brasileiro resultou, pois, de uma imposição de sua experiência no poder.

Foi um fruto nascido de solo trabalhado por mãos treinadas e sábias, não uma das vergônteas pegadas de galho em nossa gleba social, logo emurchecidas por falta de aclimação ou raiz nestas paragens tropicais.

Predisposto por seu temperamento, por sua formação e por um conjunto excepcional de circunstâncias, veio afinal o Presidente Getúlio, nesta altura da plenitude de sua personalidade e acuidade política, a constituir, dentre os nossos governantes, o mais integrado com a sincera realidade ambiente brasileira, o mais ajustado às características irremissíveis e aos apelos mais sãos, mais nobres e mais certos de nossa incipiente e nebulosa consciência nacional...

Unidade

Tangidos pela curiosidade geográfica que espicaçava o século XV, quando a Renascença restaurara nas universidades as suspeitas e pressentimentos transoceânicos da cultura clássica e as aventuras de Marco Polo inflamavam os espíritos mais audazes, afinal homens do ocidente aportavam às nossas plagas.

A circunstância de os “tupis” haverem pouco antes dominado quase toda a extensão de nossa costa atual, preparou aos portugueses uma base psicológica e linguística única, para o labor da invasão.

Por outro lado, a mestiçagem das populações portuguesas e a sua vizinhança e experiência da África já os haviam aparelhado para o trato da existência subequatorial.

Contando com uma população diminuta, muito aquém quantitativamente da missão gigantesca de seu efêmero surto imperialista – “os varões assinalados” já muito tolerantes em questão de raça, muito mais que os seus sobranceiros vizinhos da Península Ibérica, infinitamente mais que os frios e calculistas colonizadores nórdicos, tiveram de adotar uma política demográfica de convivência e cooperação, tanto no recrutamento de suas marinhagem como nas relações com os aborígenes.

Explicada a vitória da colonização portuguesa no Brasil nascente, às voltas com um sertão inacessível e áspero cujas descrições entusiásticas constituíam apenas instrumentos da propaganda destinada a atrair imigrantes para as terras vastas de matas virgens, ou desérticas, não se pode deixar de levar em conta o valor pessoal daquelas gerações quase épicas de lusíadas conquistadores.

Quanto ainda hoje, varando os colossais remanescentes da primitiva selva insondável, até os confins amazônicos, nos extremos do Oeste e do setentrião brasileiro, instintivamente se adelgaça a imaginação, obrigando a nos

descobrir, num ato de reverência, à memória daquela brava gente, daqueles fortes, daqueles “donatários”, cheios de cobiça, de vícios e de indômita coragem – cheios também de paciência e de fé – que construíram com o suor de seu rosto e com o sangue de suas veias o **milagre** da unidade nacional, distendido através dos séculos.

Quero frisar o fato de que nenhum acontecimento da nossa história, além deste, deve merecer o epíteto de milagroso.

Quero ainda chamar a atenção que os grandes homens de nossa culturação cívica, foram sempre homens relacionados com a defesa dessa unidade: Feijó, Caxias, Floriano, Rio Branco.

Não pretendo aqui entrar no exame do mistério histórico, do que para mim constitui verdadeira esfinge – a questão de explicar como esse Portugal das capitanias, no seu apogeu minado de ruína, do mesmo passo que revelava no Brasil selvático a poderosa vitalidade desabrochada dos pioneiros em luta triunfante com indomados selvícolas, com a natureza recôndita e hostil, com flibusteiros batavos, anglos e franceses, na metrópole decaída vertiginosamente a ponto de já em 1580 perder a soberania nacional sob a dominação espanhola, de que só se livrou, depois, mercê dos arrancos e guinadas desequilibrados do “equilíbrio europeu”.

– Visto panoramicamente, da altura atual da evolução mundial, quando um novo fragor de proporções catastróficas, de cunho nitidamente imperialista, agita o ocidente desvairado no rumo do Sol, desta vez ajudado por uma

ressurreição guerreira do oriente, que há menos de um século modorrava filosoficamente suas meditações metafísicas à sombra dos “pagodes” – mais cresce, mais avulta, mais se ilumina esse milagre consubstancial de unidade nacional, construída, engrandecida e preservada através das mudanças e vicissitudes dos últimos séculos.

Razões geográficas, razões históricas, razões políticas, seria todo um estudo a fazer.

Mas o fato aí refulge, intimando a dignidade de nossa geração, pedindo algo muito mais nobre do que decifrá-lo, que é mantê-lo, guardá-lo, defendê-lo de qualquer modo, sem embargo de se apresentarem diferentes de antanho as condições causais de sua existência.

Sem a menor sombra de jingoísmo ingênuo, podemos orgulhar-nos dessa conquista. Ela é o valor positivo, número um, de nossa tradição informe, o fator tangível para servir de base ao edifício de nossa consciência de “povo em formação”, porque na época colonial, custou sangue e devastação no Nordeste, no Império, custou sangue e ruínas nas lutas internas e externas para resguardar da traição e da agressão o patrimônio sagrado.

– Deslocamentos do eixo econômico-agrário do ciclo extrativo de vegetais e da mineração para o do açúcar ou do café; revolução no sentido antirrural e urbanista como a abolição da escravidão; erupções do partidarismo político como a Confederação do Equador e a decantada República de Piratini; pruridos de orgulho e hegemonia de algumas Províncias mais importantes a União,

serviram só para mostrar que o milagre se enraizava nalguma coisa de mais sólido, consistente e duradouro do que os fundamentos econômicos e legais da nacionalidade, nalguma coisa que parece constituir sua própria razão de ser, sua essência vital, “substratum” imortal – sua alma.

Política continental

Essa convicção é que dera à sua política externa no Continente, uma modalidade patriarcal, intervindo nos conflitos sem ânimo de dominação, inscrevendo nas suas leis a poética proibição da guerra de conquista – mas fulgurando sempre genialmente e triunfantemente, na hora do periclitar aquele patrimônio, o milagre, o momento mais alto do seu destino, a sua unidade.

Atrevo-me quase a dizer que de minhas meditações sobre a história de nossa unidade política, ressaltados os fatores favoráveis do equilíbrio exterior, resumíveis na ação catalítica da doutrina de Monroe e na elaboração da ordem mundial oscilante, vim a concluir que os seus fatores negativos foram predominantemente de ordem política, melhor, foram sempre erros políticos, diretrizes políticas falsas, cumulando no divisionismo federativo, imposto de alto para baixo, num retalhamento criminoso do organismo nacional muito mais empírico que a partilha arbitrária da orla oceânica no tempo das capitâneas.

Invoca-se a influência do meio sobre as instituições, esquecendo-se que as instituições devem adaptar-se ao meio com o ânimo de dominá-lo e não de se lhe escravizar.

Viu-se, ademais, a contradição de invocar por um lado o determinismo mesológico como fundamento das autonomias estaduais desbragadas, e, por outro lado, plagiar, com servilismo desimaginativo, um decalque da organização federal norte-americana, cuja formação histórica se processara em condições completamente diversas da nossa.

A exacerbação dessa doutrina transluz na famosa proposta dos positivistas, dois meses depois de se proclamar a República, para se dividir o país em duas confederações, a dos “Estados ocidentais brasileiros” e a dos “Estados americanos brasileiros”, os quais manteriam entre si apenas laços de cordialidade teoricamente reconhecidos como um dever moral sem sanção, entre nações distintas, mas simpáticas. O Governo Federal garantir-lhes-ia proteção contra a violência e o exercício das prerrogativas soberanas; mas a esta altura de nossa experiência republicana, após o domínio de fato da política dos três Estados mais fortes, podemos calcular a que se teria reduzido aquela sombra ou avantesma de Governo Federal, se tivessem prevalecido as selenitadas “Bases de uma Constituição Federativa para a República Brasileira”, produzidas pelo austero e erudito conjugado Miguel de Lemos Teixeira Mendes, a cujos saber profundo e moral superior – como também às virtudes de Benjamin Constant, magno colaborador na fundação do regime – não podemos todavia deixar de render as homenagens de nossa admiração e respeito.

Entretanto, a evolução dos Estados Unidos da América do Norte vinha se processando num sentido exatamente oposto ao parcelamento divisionista da nossa primeira fase republicana.

Desde os “Articles of Confederations”, coordenados pelos segundo Congresso Continental, ainda em plena luta da Independência, até hoje, a evolução americana foi sempre no sentido de fortificar o poder federal contra a excessiva autonomia dos Estados. Aos 13 primitivos Estados livremente unidos, muitos outros posteriormente se juntaram, não raro, com insistentes apelos, como o Texas, para se incorporarem à União da bandeira estrelada. Mas ali os federalistas, sustentando uma interpretação mais livre do texto de Filadélfia, à sombra das lições de Alexandre Hamilton, John Adams e outros grandes “loose constructionists”, começaram logo a combater as demasias autonomistas advogadas pelos “strict constructionists” da escola de Jefferson e do partido, ao depois denominado Democrático Republicano. Estes últimos sustentavam a doutrina do “compact” e da “nullification”, isto é, que, tendo se formado por um pacto dos Estados, o Governo Federal poderia ser anulado por decisão ou interesse das partes pactuantes.

Alguns dos propugnadores dessa doutrina levaram-na ao extremo de pleitear para os Estados o direito de concessão da união, quando lhes conviesse.

No caso das leis de naturalização e sedição, já em 1798, as legislaturas de Virgínia e de Kentucky decidiram evitá-las. Em plena guerra de 1812, contra a Inglaterra, quatro Estados de “New England” se reuniram para protestar contra os gastos financeiros do conflito armado e propor emendas à Constituição,

ainda mais limitativas das capacidades do Governo Federal. No caso dos índios Cherokees, expulsos pela legislatura da Geórgia, apesar de uma garantia federal, houve franca demonstração de desrespeito ao poder central. A propósito da “tarifa das abominações”, o South Carolina adotou oficialmente a “Exposição e Protesto” de Calhoun, sustentando o direito de nulificação e sucessão, algum tempo depois invocado na convenção de Massachusetts, nas declarações do Wisconsin, em 1857, e em todos os círculos responsáveis dos Estados meridionais interessados no manutenção do braço escravo.

De sorte que quando Lincoln subiu ao poder como expressão dos patriotas que durante 70 anos tinham batalhado pela união nacional, o princípio das autonomias estaduais tinha atingido o clímax de seu malefício, e logo depois explodia na guerra separatista conhecida na História, como a Guerra da Secessão.

Felizmente para a grande República do Norte, venceu o princípio da união contra o da divisão, princípio cada vez mais triunfante, em nossos dias, a volta de um Poder Executivo tão prestigioso e tão forte, como o eminente presidente Franklin Roosevelt.

Mas quando o federalismo “outrancier” da nossa Constituição de 1891 impôs, de cima para baixo, uma Nação de tradição unitária, o indigesto retalhamento forçado das soberanias concedidas, ainda não tinha, sequer, acabado o labor da reconstrução dos Estados meridionais americanos, devastados por uma guerra sem mercê, expiatória, à conta de suas soberanias pleiteadas. Essa, entretanto, era a revolução fundamental do movimento

republicano, entre nós, uma vez que a verdadeira revolução na organização do trabalho já se tinha feito pela abolição da escravatura.

A República não foi entre nós um movimento em prol da liberdade.

É conhecida a “boutade” de um publicista inglês que, ao ser informado da queda da monarquia brasileira, lamentou o desaparecimento da única verdadeira república da América Latina, tanto ecoava o sentido liberal e magnânimo da política imperial do Brasil.

A representação popular era uma velha prática muito anterior à República, e muitos dos autores e críticos desta não demoraram a lembrar com saudosismo a superioridade das conquistas e realizações eleitorais do sistema monárquico, quando as realidades, as famigeradas realidades brasileiras, começavam a por de manifesto a impossibilidade de se ajustar a golpes pragmáticos de decreto, sobre o organismo de “um povo em formação” – instituições estranhas ou superiores às suas condições materiais e espirituais.

Não venho aqui fazer a crítica dos regimes liberais, em tese; reconheço que eles abrem um crédito à dignidade da pessoa humana, que deve constituir um ideal de toda sociedade progressista.

Interessa-nos só o caso brasileiro, visto, ademais, pelo ângulo de um temperamento inclinado pela própria profissão ao amor do governo ordenado e forte, capaz de assegurar espiritualmente a defesa militar da Nação e garantir o patrimônio sacrossanto da unidade nacional.

Mas nenhum espírito honesto poderá deixar de reconhecer que a decadência das instituições republicanas liberais do Brasil se processou ativamente e sem demora. Este é o fato concreto. Esta a verdade inegável. Esta a evidência irrefragável, desnudada dos atavios da fraseologia oca que a pretende negar.

Os próprios fundadores da República, os “históricos”, entre eles a genial figura apostolar de Rui Barbosa, o verificaram em muitas oportunidades.

O novo regime

As representações oriundas de suas urnas eleitorais, fraudulentas ou não, eram recebidas com geral desprezo e desrespeito por todo o país.

O Executivo funcionava com poder incontestável, que dispunha tão só de uma complicada engrenagem parlamentar para elidir a sua responsabilidade em face da nação.

Mas as atividades administrativas se atrofiavam ou pervertiam ao empuxo dos interesses políticos facciosos.

Sindicatos de maiores se apossavam dos Estados, armando-os com “provisórios”, cada vez mais avolumados, despóticos e duradouros.

Tudo conspirava contra a organização e o prestígio clorótico das forças armadas anemizadas, por sabê-las o único, o último reduto suscetível de uma reação contra a obra desagregadora.

Foi nesse caos de sulfurosas e sufocantes decomposições que os agentes internacionais das penetrações extremistas entraram, por sua vez, em cena a trabalhar, cada um no rumo dos seus interesses mais ou menos inconfessáveis, tentando arregimentar a nossa confusa massa social no sentido dos seus credos vulcanizados, “esquerdistas” ou “direitistas”.

Nessa altura é que a experiência e o gênio político do Presidente Getúlio se revelaram verdadeiramente providenciais para os nossos destinos.

A sua longa carreira, precisamente em meio e depois no centro dessas vicissitudes e sofrimentos irradiantes no país, tinha-lhe dado toda a paciência do lutador de escol.

E sua alma de patriota nutria confiança nas possibilidades de salvação da nacionalidade desfalecente, fé nas virtudes intrínsecas das camadas populares, nessas virtudes médias que, muita vez, deixam de salvar uma nação na hora difícil por não aparecer, a tempo, um guia que as valorize a aproveite.

A sua concepção do atual regime teve o apoio de todos os brasileiros que, consciente ou subconscientemente, tenham guardado a verdadeira tradição da unidade nacional e do dever de salvarmos, antes de tudo o mais, esse patriotismo santíssimo.

A sua concepção irrompia da necessidade de nos adaptarmos com as possibilidades e deficiências do nosso meio, em vez de continuarmos, como os augures da decadência romana, a nos servirmos à socapa de uma mitologia constitucional em que ninguém cria e que todo o país viu, com indiferença, ser

extinta por uma simples comunicação de telefone, que no fundo significava algo de mais real e consequente, uma extirpação definitiva das moitas de urtigas do caudilhismo mortífero.

Reclamado, imposto pela consciência média da Nação, esse movimento contra o estadualismo caudilhesco e mordente, contra a alegoria da representação popular falaz e fementida, contra o assalto da propaganda exótica, de vapores rutilantes dos “extremismos”, contra o esquecimento e a desorganização dos serviços administrativos, contra a subordinação e subserviência dos interesses e sentimentos nacionais às imposições de potências estrangeiras tradicionalmente avezadas a explorar-nos e desprezar-nos, foi inegavelmente um belo movimento cívico do melhor do Brasil, um esforço que ficará na história do Brasil, e que as nações irmãs do Continente americano devem estudar melhor para poder estendê-lo e apreciá-lo, acima das intrigas e insinuações deturpadoras.

Não foi um movimento para destruir a liberdade, e sim para evitar a desordem e escudar a unidade espiritual e política do país.

Não foi um movimento artificial, senão um reatamento com as tradições positivas e imperativas da nacionalidade.

Não foi um movimento para proveito dos poderosos, senão para amparar os trabalhadores, valorizando-os na cidade e no campo.

Não foi um movimento para favorecer as classes militares, senão para organizá-las, livrá-las das incursões do partidarismo político, aparelhá-las de

material, discipliná-las espiritualmente para seu imenso e árduo labor técnico: e aí de vós que, surdos aos estampidos e arrebatamentos fragorosos das nações cadentes, envoltas nas chamas do aniquilamento, julgais que fomentamos a militarização infrene do Brasil e pateticamente declamais sobre quimeras; ai! de nossa Pátria, se não nos militarizarmos cem por cento, medularmente, no espírito e na carne viva.

Não foi um movimento para isolar o Brasil, senão para impedir que na sua costa desembarcassem e se radicassem os mitos que agora ensanguentam as terras do outro hemisfério.

Integrado na comunhão fraterna do Continente, o Brasil reserva-se o direito de resolver os seus problemas característicos e vitais com as soluções consentâneas e próprias de seu clima sociológico.

O labor de seu regime é tipicamente americano, no sentido de que visa a colonizar as suas terras, polarizar as energias de sua gente e valorizar o seu homem com saúde e instrução, prepará-lo com a independência econômica oriunda do trabalho organizado e a liberdade espiritual oriunda da instrução para o exercício consciente da cidadania impoluta.

Nenhum brasileiro amante desta Pátria poderá deixar de aspirar a que a vasta massa de nossos conterrâneos, que se vinha conservando estranha à vida política da Nação ou servindo de pasto fácil à exploração impatriótica dos sindicatos eleitorais, possa no mais breve tempo possível atingir a capacidade de influir e intervir no debate e no rumo da destinação nacional.

O grande merecimento do Presidente

O grande merecimento do Presidente Getúlio, o seu magno serviço à causa da unidade nacional foi ter impedido que, à sombra de mitos fingidos e mentirosos, aquela exploração atingisse a própria essência vital da nacionalidade, e ter iniciado a cruzada de restauração das linhas hereditárias de nossa família humana e a incorporação de milhões de brasileiros olvidados, enxotados, desprezados ou espoliados, aos verdadeiros benefícios da assistência governamental.

Tendo de improvisar um quadro dirigente, pois que o velho quadro, já desfalcado pela queda da Primeira República, se revelou na maioria inepto e recalcitrante ao labor dos tempos novos, natural é que sua obra se ressinta de muitas falhas e deficiências, já que terá de preparar, coesa, toda uma geração à altura das novas ideias, até que surja a juventude ardorosa para leva adiante, entre tantos obstáculos, que escurecem o horizonte, o pendão de tão alvissareiras esperanças de redenção econômica, social e política.

Mas só a sabedoria e coragem de haver tomado na hora trágica a iniciativa de salvação pública e do trabalho reconstrutor e construtor da Pátria bem amada, iluminam a figura de Getúlio Vargas de um clarão histórico e dão-lhe jus, desde já, antes da sentença do futuro, ao preito de nosso reconhecimento cívico, aliás unissonamente manifestado em todo o Brasil, ao qual, neste momento, venho juntar o do Exército brasileiro, cheio de **paciência** e de **fé**.

#####

O próximo orador da solenidade foi João Neves da Fontoura (1889-1963), advogado e político gaúcho, que foi colega de Getúlio Vargas, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, com sua origem partidária vinculada ao Partido Republicano Rio-Grandense, sendo, portanto, militante do modelo castilhistaborgista. Esteve à frente do Executivo em sua cidade natal, Cachoeira do Sul, e foi eleito deputado estadual e, mais tarde, federal, representando o Rio Grande do Sul. Sua proximidade com Vargas foi mantida, tanto que chegou a ser eleito Vice-Presidente do Estado sulino, na chapa encabeçada por aquele. Na esfera federal, atuou como um dos principais articuladores da Aliança Liberal e, após a vitória da Revolução de 1930, exerceu função pública junto ao Banco do Brasil. Partidário da reconstitucionalização do país, discordou da manutenção do regime ditatorial, vindo a romper com Getúlio Vargas e, inclusive, a apoiar a Revolução de 1932 e a fazer oposição ao Presidente, como deputado federal. Na segunda metade da década de 1930 iniciou uma reaproximação com Vargas, sendo escolhido para a Academia Brasileira de Letras e retomando seu cargo no Banco do Brasil, para depois, já durante o Estado Novo, dedicar-se à vida diplomática, chegando a ser Embaixador do Brasil em Portugal, permanecendo em tais lides após o encerramento do regime estado-novista¹¹.

O discurso de Neves da Fontoura acabaria por seguir um tom biográfico em relação ao homenageado, sem deixar de apresentar também um enfoque

¹¹ MOREIRA, Regina da Luz. João Neves da Fontoura. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 2, p. 2267-2280.

autobiográfico, uma vez que a narrativa prendia-se a momentos compartilhados por ambos. Logo na abertura, a fala saudava a coincidência do natalício de Vargas com a ocorrência do Dia da Juventude Brasileira, fator que estaria a reforçar o “esmalte cívico” da data. A fala panegírica ressaltava o decênio do Presidente no poder, destacando os propalados feitos deste, ainda mais por tratar-se de uma época de “intensas transformações políticas, sociais e econômicas”. O palestrante intentava reconstruir o ambiente porto-alegrense do início do século XX, o qual serviria de cenário para descrever a vida acadêmica de Getúlio Vargas que, além dos estudos jurídicos, militara nos meios literários e jornalísticos. Um dos tópicos essenciais foi a formação do Bloco Acadêmico Castilhistas, frente formada por jovens estudantes, a favor do regime vigente no Rio Grande do Sul, em momento delicado no qual se avizinhava a formação de uma nova dissidência no seio do situacionista Partido Republicano Rio-Grandense. Nessa época, Fontoura observava o nascedouro de um espírito de liderança de Vargas, o qual, segundo a concepção do narrador, manifestava-se de forma natural, com a ampla aceitação dos companheiros e sem esforço de parte de Getúlio. A dissertação destinou-se também a abordar as primeiras experiências profissionais do futuro Presidente até chegar à sua ascensão ao poder, e, à culminância, já durante o Estado Novo, com ênfase às ações governativas, principalmente o desenvolvimento da política siderúrgica, sem esquecer do enaltecimento à “confiança popular” que estaria caracterizando a administração varguista.

#####

Em seguida ao general Góis Monteiro, o Sr. João Neves da Fontoura, da Academia Brasileira de Letras, proferiu a conferência que adiante se lê

Um rumoroso movimento de opinião popular, sob os auspícios da Cruzada Nacional de Educação, decretou dar um esmalte cívico ao dia em que, neste ano de 1941, o Sr. Getúlio Vargas comemora o seu aniversário.

A Cruzada bem merece o nome, que escolheu, e enriquece hoje os saldos de sua benemerência, fazendo brotar novas escolas primárias em todos os pontos do território nacional.

Mas não é só a Cruzada que assinala de maneira tão expressiva e patriótica a festa pessoal do Presidente. Para dar-lhe um sentido diretamente vinculado ao futuro, em todos os Estados – feliz lembrança do jovem interventor paraibano – a data de hoje, 19 de abril, é consagrada como o Dia da Juventude Brasileira, em sua recente categoria de instrumento de educação, disciplina e confiança no Brasil.

Ao convite do Departamento de Imprensa e Propaganda, para que juntasse um comentário oportuno ao brilho das justas comemorações começadas esta manhã, se o presente e o futuro já se achavam entrelaçados, cuidei que seria melhor remontar ao cristal do passado, situando a mocidade do Sr. Getúlio Vargas dentro das cores do tempo e das fecundas trepidações do solo, em que ela desabrochou.

Nisso talvez predominasse um certo egoísmo, porque importava em voltar a um ponto de partida comum, enchendo o cenário desaparecido com os feitos e as figuras de uma geração predestinada.

Mas a um chefe de Estado, sobremodo quando alia ao exercício do poder os direitos, inequivocamente conquistados, de conduzir o destino dos seus concidadãos, nestas horas universalmente trágicas, a lembrança do que foi vale por uma explicação da atualidade e ajuda a decifrar a incógnita do futuro.

As minhas palavras valerão, assim, com a imparcialidade de um simples depoimento, prestado entre tantas testemunhas insuspeitas, que poderiam ser arroladas no processo de apuração das tendências cedo reveladas pelo líder da vida nacional, nestes agitados dez anos de intensas transformações políticas, sociais e econômicas.

Creio que a maturidade das grandes árvores poderia ser facilmente adivinhada em suas primaveras vegetais, assim como o gosto dos provérbios poderia ser igualmente satisfeito, se se adicionasse à filosofia popular um singelo aforismo: “Diz-me o que foste aos vinte anos e eu te direi como serás”.

Quando conheci o Sr. Getúlio Vargas, aí por 1905, uma tarde de inverno, folheando as últimas novidades literárias na melhor livraria da Rua da Praia, já ele ia pela metade do curso jurídico e despira, cerca de três anos antes, o uniforme do exército. Vínhamos de pontos diferentes no estudo de humanidades. As minhas, eu as fizera no velho convento dos jesuítas, à margem do triste e serpenteante Rio dos Sinos, enquanto o antigo cadete da

escola de Rio Pardo concluía os seus preparatórios na Escola Brasileira. A Escola Brasileira tinha no seu ativo vários créditos privilegiados sobre a confiança pública. por ela passavam e haviam passado rapazes das melhores famílias do Rio Grande, muitos dos quais já brilhavam no ápice das carreiras liberais. Mas o que lhe dava as garantias de um renome indiscutível era o seu corpo docentes e a sua dupla direção exercida por dois mestres, que se completavam e que, pobres de bens terrenos, sem a fiança de patronímicos ilustres, simples, modestos, desambiciosos, eram dois autênticos educadores. Entre o conselho afetuoso de Inácio Montanha e a teimosia gramática de André Leão Puente, deslizaram dezenas de jovens rio-grandenses a caminho dos cursos superiores, das atividades do comércio ou dos duros trabalhos do campo. A Escola não era apenas a disciplina das aulas. Cultivava também os torneios da inteligência e conservava acesa a chama do culto cívico. Não sei bem se o Sr. Getúlio Vargas também tomou parte naqueles velhos duelos oratórios, destinados a verificar qual fora o maior general – Cesar ou Alexandre – ou se o gênio poético florira com mais vigor na lira de Gonçalves Dias ou na de Castro Alves.

Quando nos encontramos, em pleno curso jurídico, toda essa fase crepuscular das nossas vidas – as vidas de tantas centenas de aprendizes do grande segredo de triunfar nos embates futuros – não passava de poeira dourada, sumindo-se nos últimos raios de sol da nossa adolescência. A mocidade, a autêntica mocidade, era a que ia despontando para nós, com a consciência de nós mesmos, com a compreensão de deveres que madrugavam

no nosso horizonte e com todos os sinais de uma geração destinada a atravessar a zona das grandes tempestades.

Porto Alegre

Porto Alegre, por aquele tempo, constituía um centro universitário, de proporções quantitativas e qualitativas, verdadeiramente impressionante. A cidade era pequena, patriarcal, sem nenhuma das atrações que desviam os estudantes das cogitações da inteligência. As tabuletas multicores dos cinemas ainda não iluminavam a Praça da Alfândega. As chamas do gás ainda tremulavam dentro do bojo de vidro dos velhos lampiões coloniais. Ninguém conhecia uma roleta. O “music-hall”, apenas por boato de viajantes audaciosos por terras inacessíveis.

Quando muito, de longe em longe, as portas do São Pedro se abriam para as temporadas de teatro, com as récitas de gala, de um luxo provinciano, animadas pela irreverência das nossas “torrinhas”, e exibindo quadros líricos às vezes admiráveis e conjuntos estrangeiros, que intercalavam Shakespeare e D’Annunzio, os dramas de Garret e as comédias francesas com as valsas da “Viúva Alegre”, última criação da opereta vienense.

Mas os fogos do Espírito Santo eram ainda o grande espetáculo, que reunia democraticamente, em três frias noites de inverno, a sociedade da capital e o mundo dos arrabaldes. Confundiam-se todos na mesma alegria, namorando, comendo no tabuleiro das quitandeiras, bebericando nos botequins

improvisados, arrematando as prendas nos leilões feitos por graves cavalheiros de opa vermelha, atravessando em bichas intermináveis as multidões divertidas, até a hora feliz e tardia em que começavam a riscar o céu os foguetes multicores e a arder nos postes preparados pelo Gageiro – o insubstituível Manuel da Silva Gageiro – os bonecos de pólvora, os castelos das Mil e Uma Noites, os raios policrômicos, num estridor de estalos, bombas e assobios, até o epílogo clássico da pomba simbólica voando da torre da igreja, num fio de arame, para iluminar a imagem do Divino.

Durante aquele tríduo, com os ventos gelados redemoinhando das praias do Guaíba é que começavam quase todos os casamentos e quase todas as pneumonias.

A vida noturna concentrava-se na vida dos cafés, repletos de estudantes, discutindo entre fumaradas boêmias, enchendo de debates filosóficos ou literários os dois velhos armazéns da esquina da Ladeira ou escrevendo versos no mármore das mesas.

Mais longe, na Cidade Baixa, o violão dos serenatistas acordava, por noites de luar, a incômoda vizinhança das dulcineias adormecidas. Algumas centenas de estudantes formavam, dentro dos muros da “leal e valorosa cidade” uma sociedade própria, com os seus clubes, os seus pequenos jornais, os seus pontos de encontro, os seus grupos, as suas “repúblicas”, as suas pensões, os seus bailes, e até às vezes os seus conflitos. Mas em tudo predominava um instintivo espírito universitário, pairava uma preocupação intelectual.

Nesse ambiente, onde já brilhavam tantas promessas, umas convertidas mais tarde em realidade, outras tristemente malogradas, o Sr. Getúlio Vargas, desde logo, sem nenhum esforço, pela só razão do seu conjunto de predicados, ocupava, quando timidamente vim do colégio de S. Leopoldo, o lugar de maior relevo.

Por esse tempo, estava a chegar a Porto Alegre o conselheiro Afonso Pena, Presidente eleito da República, em visita ao extremo-sul do país. Começara o preparativo das festas que ocupava todas as atenções. Governo, sociedade, comércio, povo – todos competiam para dar à hospedagem do velho estadista o maior relevo, até pela curiosa circunstância de que era ele o primeiro Presidente que pisaria o solo gaúcho.

Resolveram os acadêmicos, reunidos na Federação dos Estudantes, que o tumultuoso órgão da classe, associar-se às homenagens. Nessa altura, explodiu o conflito entre os estudantes e o governo. Aqueles queriam enviar ao porto do Rio Grande, no navio fretado pela Presidência do Estado, uma vasta e luzida delegação. Mas, como o navio era pequeno e as representações inúmeras, os membros da comissão de festejos reduziram a um único o delegado da mocidade das escolas. Para quem conheceu as exigências e intransigências da mocidade daqueles dias não será difícil acreditar que a negativa foi a conta, criando instantaneamente um coro de protestos à porta das Faculdades e dos cafés, incendiando a audácia dos “meneurs”, organizando aquilo que a classe reclamava, a altos brados: “uma atitude radical”.

O governo quis compor a situação, retroceder, explicar-se. Tudo inútil. A revolta, conduzida pelos exaltados, arrastara até os tímidos e indiferentes, naquela tirania de solidariedade acadêmica, que era um dogma. No Brasil, quase todos os movimentos nasceram do apoio ou da resistência dos estudantes. Quem quiser fazer a exegese das agitações fecundas ou simplesmente rebeldes há de encontrar sempre na vanguarda das multidões, seduzidas pelos discursos ou fanatizadas pelos grandes condutores, a mocidade das escolas, que tanto, sob as prédicas revolucionárias de Benjamin Constant, forja os padrões da República, como morre na ponta da Armação, em defesa de Floriano.

Foi assim que, naquele ano de 1906, os universitários porto-alegrenses, sem uma vez discrepante, romperam as relações com as autoridades e deliberaram em assembleia não parte nas festas oficiais. Todas as nossas homenagens a Afonso Pena constariam de uma “marche aux flambeaux”. O Sr. Getúlio Vargas foi, por aclamação, escolhido como intérprete dos sentimentos de todos os seus colegas. Pouco depois, centenas de rapazes, empunhando fogos de bengala, subiam até a Praça da Matriz, entre alas de povo, para saudar o futuro chefe da Nação. E, no silêncio da noite, a voz do estudante Getúlio Vargas, eloquente, clara, bem timbrada, traduzia as esperanças da mocidade gaúcha ali reunida. Mas, ao contrário do que quase todos esperavam, o orador não deixara passar nos seus períodos nenhum dos sentimentos de revolta ou ressentimentos da classe que representava. Do incidente rumoroso da véspera nenhum eco perturbava o discurso sereno, medido, elegante, denso de preocupações cívicas.

Vinte e quatro anos depois, naquela mesma praça, o orador haveria de sair, numa tarde de outubro, sagrado chefe de uma transformação política, de proporções imensuráveis, destinada a modificar de alto a baixo a estrutura política e social do Brasil.

Movimentos literários e prenúncios políticos

Mas o ano de 1907 ia ser para a nossa geração uma espécie de hégira. Até ali, tínhamos vivido quase só entregues às nossas disciplinas e, fora das aulas, às cogitações especulativas ou literárias. Oradores, poetas, jornalistas, andávamos consagrados ao estudo e a controvérsias metafísicas, sem aludir às aventuras do coração sempre ardente, seguindo pelos salões ou pelas ruas as paixões de um dia, não raro convertidas no afeto de toda a vida.

As revistas literárias surgiam e desapareciam com a efêmera duração das flores dos nossos jardins, a que as geadas do Sul não concedem senão curtos meses de viço. Numa delas, o Sr. Getúlio Vargas já deixara demonstrada a segurança e profundidade com que sabia apreciar a obra do naturalismo na galeria de Zola.

A proximidade da renovação presidencial do Estado começava a agitar os meios políticos. Morto Júlio de Castilhos, os remanescentes federalistas mobilizavam as suas reservas para tentar a conquista do poder. O partido, fundado pelo admirável condutor, que evangelizara o regime nas colunas de *A Federação*, ainda não convalescera da perda de seu chefe. Só ele, vivo,

intransigente e obedecido com todos os tons de um verdadeiro fanatismo pelos seus correligionários, conseguira até ali manter intactas as fileiras. A sua figura até hoje não foi descrita com a devida exatidão nos seus contornos políticos e filosóficos, no segredo da sua milagrosa ascendência sobre amigos e adversários, no teor da sua capacidade construtora, organizadora e inovadora. Muitos dos que o seguiram em vida não concordavam, no fundo, com a doutrina por ele sustentada. Amavam o homem, mas desamavam a bandeira. Extinto pela morte o seu magnetismo messiânico, os sintomas de desagregação partidária tornavam-se visíveis a olho nu. A sucessão já fora um problema entre os generais de Alexandre, e o ínclito Sr. Borges de Medeiros, que a recolhera por todos os títulos, era o alvo singular das tendências antagônicas. Enquanto a ala demagógica o incriminava de mais seitista do que Castilhos, a minoria sociocrática, em suas murmurações, lhe atribuía o papel de Laffite, nas dissidências com Augusto Comte. A eleição presidencial acendia as expectativas de desforra tão longamente represadas e abria para o quadro partidário a possibilidade das dissidências sempre perigosas e funestas. Aos devotos da memória imortal de Gaspar Martins ocorrera como única expectativa de vitória a facilidade da cisão entre os discípulos de Castilhos. Deflagrada a luta, iluminado mais uma vez o cenário pelo clarão das discórdias, ameaçada a estabilidade das instituições, entreaberta de novo a porta da guerra civil, o partido de urgente republicano carecia reforços de popularidade. A sua continuidade exigia uma transfusão de sangue jovem no organismo perturbado pelas defecções e fatigado de lutas, as que antecederiam o regime e as que,

durante ele, vinham do triênio sangrento de 93 até as constantes denegações de ortodoxia com a Carta Federal.

Aí, a mocidade, que até então se conservara alheia às contendas cívicas, resolveu intervir no conflito partidário. Enquanto uma parte diminuta esposava a candidatura de combate à tradição castilhista, outra, imensamente mais numerosa, organizava-se para apoiar a obra do chefe republicano. Da noite para o dia, surgiu o Bloco Acadêmico Castilhista. Não parecia um grêmio de estudantes, mas uma sólida escola de veteranos. Foi na Pensão Medeiros, por uma noite de chuva, que um grupo de entusiastas assentou, no modesto quarto do estudante Getúlio Vargas, os planos de campanha. Não éramos então mias de cinco, traçando o roteiro de jornada, mas que imaginação despendemos naquelas horas ingênuas, confiantes, sinceras, às portas de uma iniciação!

A Escola de Guerra funcionava, havia pouco, no velho edifício do Campo da Redenção, depois da revolta de 1904. Dezenas de rapazes, vindos de todos os pontos do país, ali faziam os seus cursos de militares. À legião de estudantes civis juntavam-se os cadetes, dando à vida universitária novos e curiosos aspectos. Não tardou o manifesto do Bloco Acadêmico, escrito num estilo pomposo, vibrante, cheio de alegorias, a que não faltaram as imagens arrancadas à história e ao Evangelho. Entre os inúmeros subscritores, lá encontrareis três nomes, que os dias atuais associaram na obra de transformação nacional: Getúlio Vargas, Pedro Aurélio Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

A primeira campanha

A luta política, desencadeada no Estado, com o requinte desses prélios apaixonados, absorvia todas as atividades, primava sobre todas as cogitações. O Bloco Acadêmico fazia as honras da vanguarda. Não tardou o aparecimento do *Debate*, um grande jornal diário, entregue à direção dos rapazes. E de certo nunca, em lutas eleitorais, um órgão de publicidade foi mais atrevido na sua linguagem, mais radical nas suas simpatias ou antipatias, mais contundente nos seus argumentos.

As salas da redação, cheias até alta madrugada; uma atmosfera de alegria e permanente bom humor; artigos de fundo, crônicas, sueltos, polêmicas, agitações infindáveis. O Sr. Getúlio Vargas conquistou de saída a primazia como jornalista doutrinário, pela precisão dos seus argumentos, a linguagem límpida, a segurança das conclusões. Paim Filho mantinha infatigável os centros de organização e propaganda. Maurício Cardoso já arrazoava as suas preferências políticas como depois o faria magistralmente nos tribunais; Jacinto Godoi manejava a sátira irresistível; Odon Cavalcanti imprimia aos seus escritos o cunho das suas inclinações filosóficas; Góis Monteiro antecipava, em colaborações intermitentes, as simpatias que mais tarde manifestou pela sexta arma; Manuel Duarte já enfeitava os seus escritos com as melhores flores do quinhentismo. E tantos outros inundavam de inteligência, graça e cooperação as páginas do jornal, o mais lido, amado e detestado da sua época.

O Sr. Getúlio Vargas não se limitava a ocupar com frequência e brilho a coluna editorial do *Debate*. O polemista político encontrava vagares para retratar, com a pena molhada em tintas maliciosas, o perfil de cada um dos seus companheiros do último ano do curso jurídico, formando uma galeria de figuras exatas quanto aos traços dominantes de cada um, com as ligeiras deformações da caricatura literária.

A formação espiritual do Sr. Getúlio Vargas não obedecera ao timo do comum entre os rapazes do seu tempo. Quase todos começavam pela visão teórica, fornecido pelos livros e as doutrinas, sob o império de certos artifícios literários. Só depois sobrevinham duramente o contato e o contraste com as realidades. Uns chegaram ao perfeito equilíbrio entre o que é e o que devia ser; outros naufragaram, por excesso de introversão, na descida vertiginosa das nuvens para a terra firme. No Sr. Getúlio Vargas ocorreu o oposto. Saiu da casa paterna para as fileiras do batalhão e daí para uma escola militar, onde a concepção de vida já obedecia a outros preceitos de ordenação e disciplina. De lá, para a tarimba de verdadeiro soldado em campanha, habituando-se a um clima áspero e novo, armazenando as noções de fato antes das generalizações nem sempre verdadeiras. Quando ingressou entre a mocidade tumultuosa das escolas civis impregnadas de racionalismo, amando as discussões bizantinas, o seu temperamento, predisposto ao sentido positivo das coisas, já trazia uma experiência precoce das realidades sem disfarces amáveis. Seguramente, daí provieram a sua posição equidistante entre os ideólogos e os materialistas, o seu senso da justa medida em todas as disputas, as limitações do seu entusiasmo, a

sua dose oportuna de ceticismo e aquela constante atitude, que bem cabia no provérbio britânico: – nunca passar a ponte antes de chegar a ela.

Quando, na primeira refrega política, fazíamos dela a nossa preocupação absorvente, o Sr. Getúlio Vargas não se deixava arrastar pela ventania das paixões, nem concedia ao tumulto todos os territórios do seu espírito.

Muitas vezes o encontrei, evadido das salas do jornal, relendo em casa o seus autores favoritos, tão longe da agitação dominante nas ruas, como se dela não fosse uma das partes consideráveis. Guardando neutralidade entre os otimismo cegos e os pessimismos amargos, sempre o tivemos como um poder moderador entre os que esperavam demais e os que acreditavam de menos. De princípio a fim, conservou a mesma categoria espiritual; as armas, que manejou, nunca as manejou com crueldade; as palavras, que proferiu ou escreveu, jamais quebraram as medidas da crítica sem reservas ou atravessaram além da epiderme dos contendores.

Em meio às discussões acaloradas, em que arquitetávamos planos mirabolantes sobre o futuro, talvez só o Sr. Getúlio Vargas guardasse invariavelmente uma reserva sorridentes, por uma dose de inatismo fatalista que, certo ou errado, o levava a acreditar mais na tirania dos acontecimentos imprevisíveis do que nos roteiros traçados com minuciosa antecendência.

Não era o Sr. Getúlio Vargas o chefe nominal das massas estudantis, que naquele 907 entraram estrondosamente nos mistérios da política, mas verdadeiramente, desde os primeiros dias, nada se resolveu sem a sua audiência

ou o seu parecer. Aqueles temperamentos contraditórios e indisciplinados encontraram nele o conciliador oportuno, que sabia entender e refrear o ímpeto dos radicais, sem desencorajar o misoneísmo dos conservadores.

Mas o ano de 1907 ia chegando ao seu fim. Em novembro, a campanha política, em que nos alistáramos, terminava com as eleições. Para a vitória do candidato republicano, o Bloco Acadêmico contribuíra de maneira considerável. Estou certo de que, mesmo sem ele e até contra o esforço dos seus componentes, as urnas pronunciariam uma sentença semelhante. Mas o que torna digna de menção histórica a existência daquele núcleo da juventude é que ele abriu coletivamente as portas da vida cívica a uma geração que, dali para diante, teria de influir gradativamente nos destinos do Rio Grande e afinal do próprio Brasil. Cada um de nós poderia – não o contesto – sem o embate de 1907, ter tomado individualmente o seu lugar nas contendas de opinião e até mesmo atingido, por etapas, altos postos de comando. O Bloco, entretanto, forjara entre aquelas centenas de iniciados um elo mais resistente do que a simples solidariedade partidária, não raro, enfraquecida pelas rivalidades e ambições pessoais ou as estéreis questiúnculas facciosas, que comumente desnaturam os objetivos ideais dos verdadeiros partidos. O que nos levou à luta foi a paixão de servir, o impulso generoso de assegurar ao Rio Grande longos dias de felicidade pública dentro do binômio castilhistas, que soubera conjugar, em instituições modelares, os imperativos da ordem com o gozo das franquias indispensáveis à personalidade humana. Entre nós, o sentimento de fraternidade ultrapassou a duração de uma campanha; aprendemos a estima e o apreço recíprocos; quando

voltamos, com os nossos diplomas, para a tirania da vida prática, separados quase sempre pelas distâncias materiais, cada um de nós conservava imperecível a dedicação aos companheiros, tantas vezes depois posta a duras provas nas lutas que travamos no Rio Grande, até 1930.

Não há o menor exagero em afirmar que uma nova geração recebeu, então, em vida, a herança de um patrimônio político, que as posteriores transformações do mundo, após a guerra, obrigariam os sucessores a dirigir por novos e imprevistos caminhos, distanciando-se às vezes do ponto de partida, a ele retrocedendo segundo os conselhos da experiência, numa constante retificação de rumos imposta pelo magnetismo das circunstâncias.

A hora das despedidas

O Natal de 1907 marcava a hora das despedidas. O Bloco Acadêmico encerrava o seu curto, mas inesquecível ciclo de duração; o *Debate* fechava as suas portas. Orador da sua turma, que recebia naquela altura o grau acadêmico, o Sr. Getúlio Vargas falou aos mestres e colegas com o acento de um jurista-filósofo, apreciando as novas origens do fenômeno jurídico e a sua decisiva influência no meio social já perturbado pelas reivindicações coletivistas.

Tendo saído de uma campanha acesa, as suas palavras não traíam nem de leve as irritações da contenda e ele podia ser naquela solenidade o intérprete de todos os seus companheiros, entre os quais havia adversários da véspera. É que o traço predominante do seu feitio sempre consistira em não confundir o

choque de ideias com o choque das pessoas, coisa realmente rara num ambiente sobrecarregado de paixões vulcânicas. Desde a Revolução Farroupilha, a terra gaúcha fora constante cenário das divergências políticas e jamais, através das mutações inevitáveis do tempo, dos homens e das circunstâncias, ali reinara uma paz “pro-indiviso”. Nada, portanto, de estranhar que, nos primeiros dias do seu governo estadual, se delineasse a reconciliação dos partidos e que as mãos se apertassem por cima de túmulos abertos pela cegueira da guerra civil, várias vezes renovada, ao longo de quase um século. E foi exatamente o império daquela união imprevista que tornou possível o advento de 1930, ponto de partida da formidável metamorfose a que estamos assistindo.

Vinte anos depois, o exercício do governo da sua terra abria ao bacharelado de 1907 a oportunidade de realizar uma tendência precocemente revelada em seus primeiros ensaios de vida pública. Talvez nele predominasse aquele instinto que André Suarês descobriu acertadamente no complexo literário de Ibsen – “à une certaine hauteur on ne peut pas être de son parti, sans être aussi de l’autre”.

A primeira função pública

Em 1908, enquanto quase todos nós ainda ficávamos entregues aos nossos deveres escolares, o Sr. Getúlio Vargas ocupava a sua primeira função pública, como promotor de justiça em Porto Alegre. A sua passagem pelo

Ministério Público foi rápida, mas deixou na cadeira, que a seguir tive a honra de ocupar, um fundo traço de personalidade. O júri era naqueles tempos o grande espetáculo intelectual. A sala das sessões regurgitava, com um público dividido, mais quanto às simpatias pelos advogados do que, propriamente, quanto ao mérito dos processos. Até alta madrugada, os auditórios se conservavam repletos, de uma multidão entusiasta, que às vezes quebrava com os aplausos a imparcialidade do pretório.

O gaúcho sempre gostou de discursos bonitos, como de brigas feias. Por aquela época, Plínio Casado e Pinto da Rocha reinavam, como dois soberanos absolutos, na tribuna da defesa, revivendo as glórias de uma eloquência ainda não perempta pelas novas formas de expressão singela e direta das ideias. Pereira da Cunha, numa das cadeiras da Justiça Pública, deslumbrava os ouvintes com o imprevisto e a audácia das suas imagens. O réu era quase só um pretexto para os debates; o crime desaparecia aos olhos da assistência comovida. No duelo entre a acusação e a defesa, os próprios jurados chegariam a esquecer que a sua função se resumia a condenar ou absolver, e não a sentenciar sobre quem falara melhor. Foi nesse luminoso torneio que o bacharel Getúlio Vargas fez com brilho e segurança as suas primeiras armas judiciárias, confirmando no tribunal as credenciais de inteligência, que já trazia do curso acadêmico. No exercício do cargo, logo de começo, o novo promotor um dia surpreendeu o júri. Ao levantar-se para produzir a acusação de um réu, o Sr. Getúlio Vargas, depois de cumprida a formalidade processual da leitura do libelo, entrou a produzir a defesa do acusado. Era uma inovação audaciosa, uma

subversão de tudo quanto até ali se praticara na compreensão dos deveres do Ministério Público, mas o Sr. Getúlio Vargas fez a demonstração categórica de que a sua função não implicava no dever de pedir sistematicamente a aplicação da pena, mas em se tornar órgão da justiça social, preservando a comunhão contra os delinquentes, sem reclamar cegamente a punição daqueles que, embora inocentes, tivessem, por erro ou excesso judiciário, chegado até a barra do tribunal. Se a sociedade tinha interesse em castigar os criminosos, não se podia comprazer em encarcerar os inocentes.

O exame da prova levava ao seu espírito a convicção de que a pronúncia apreciara erroneamente as circunstâncias de fato, tanto mais quanto o réu era um desvalido que só fora defendido pelo benefício da assistência judiciária. O promotor rejeitava estrepitosamente as exigências do formalismo para ater-se ao fundo das suas atribuições e deveres. Pouco importava que tivesse libelado o processo, pedindo para o réu uma determinada pena do código e, no plenário, repudiasse as conclusões escritas, para pleitear a absolvição do acusado. Era a concepção francesa do papel do Ministério Público – “la plume est serve, mais la parole est libre”.

Aquela norma de conduta exprimia, ademais, uma conclusão transparente para todos nós, seus companheiros de bancos acadêmicos, e vastamente confirmada pelo futuro – a de que o Sr. Getúlio Vargas não era, no rigor da expressão, um temperamento jurídico, mas essencialmente político. O foro não lhe seria um destino, mas uma passagem a contragosto; os autos não

constituíriam para ele, como para tantos outros, um mundo povoado de atrações irresistíveis.

Um ano mais, e o Sr. Getúlio Vargas deixava o cargo, fechava o último volume da verdadeira mocidade, despedia-se dos companheiros, que ainda ficavam nos cursos superiores, e partia para São Borja, a fim de forjar as bases da sua vida.

Aqui termina a rememoração do passado, a que não acrescentei senão as névoas de uma teimosa saudade, nelas envolvendo todos aqueles que participaram da viagem a Eleusis. Muitos já dormem sob a cruz do caminho; outros desapareceram, anônimos, nas encruzilhadas por que passaram os nossos destinos, agitados pelas paixões da vida pública. Nem todos, assim, respondem à chamada. Lutas, desinteligências, glórias e reveses – patrimônio da condição humana – tudo aos meus olhos hoje se confunde na indivisão de um território sagrado, em que demora, para cada um de nós, a porção ideal das nossas vidas. Dela é que ainda e sempre extraímos os estímulos de bem servir ao Brasil, sempre presente no silêncio de cada alma e no tumulto de cada multidão reunida sob as esperanças da sua bandeira.

E justamente este mês de abril de 1941 acaba de incorporar-se à história nacional por um acontecimento, que marca o início da nossa libertação econômica.

Todas as etapas do nosso desenvolvimento foram, desde a descoberta, processadas em ciclos perfeitamente assinalados. O pau-brasil, o açúcar, o ouro

e as pedras preciosas, o fumo, o gado, o café e o algodão constituíram verdadeiras idades e revoluções. A posteridade há de encontrá-las amanhã nos muros do Palácio da Educação, simbolizando a substância dos homens e das coisas, imortalizadas pelo pincel de Portinari.

Vencendo todas as dificuldades

Mas, se cada uma delas trouxe uma quota de riqueza e contribuiu para dar ao seu tempo os traços de uma fisionomia peculiar, caminhando ao longo do litoral ou descendo pelo interior, sobre as águas do São Francisco e de todos os rios, que formam a bacia dos vales adjacentes, nenhuma conseguiu assegurar-nos, sobretudo nesta fase mecânica da vida, as prerrogativas de uma inquestionável independência. É que a linha vital das nossas indústrias esteve sempre cortada pela vassalagem imposta pela importação do aço.

Montanhas de ferro jaziam quase inanimadas, como fortalezas inúteis de uma riqueza apenas alegórica. E, no entanto, não poderíamos, tanto quanto clamam as nossas urgências, produzir todos os maquinismos para a nossa lavoura, as chapas para os nossos navios, as vigas para as nossas construções, os trilhos para as nossas estradas, e até mesmo os motores para os nossos aviões e as armas para a nossa segurança.

Os ensaios anteriores sucumbiram, ou por serem soluções financeiramente impraticáveis, ou por nos escravizarem à sujeição estrangeira.

Conseguiu o Sr. Getúlio Vargas, num trabalho tenaz e metódico, vencer todas as dificuldades, que pareciam irremovíveis e, já agora, neste abril de 1941, a Nação assistiu ao lançamento da estrutura orgânica do plano da grande siderurgia.

Mais trinta meses, e os viajantes, que descerem do altiplano paulista ou das montanhas mineiras, hão de ver na Volta Redonda o clarão dos fornos, em que se forja a couraça de um outro Brasil.

Em torno dessa suprema aspiração, na hora em que ela ganhava as seguranças de uma autêntica realidade, reuniram-se todas as forças criadoras da opinião brasileira, disputando-se o direito de comprar as ações da empresa patriótica. Não foi apenas a bolsa dos ricos que se abriu para um bom negócio. Também para ela se encaminha o pé de meia dos remediados. Nem divisões, nem dúvidas, nem reservas. Uma torrente de unanimidade sancionou o ato do governo, com todos os tons de uma consagração plebiscitária.

Pode, pois, o Sr. Getúlio Vargas recolher com justiça esse eloquente e indefraudável testemunho da confiança popular.

Resolvido o maior dos nossos problemas e frente à catástrofe, em que se abisma a civilização do Velho Mundo, para o Brasil, como para o continente jovem, começam a subir no horizonte as luzes de uma nova aurora, adivinhada pelo épico de *Os Sertões*, quando vaticinava que haveríamos de ser “uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade”.

#####

O Sindicato dos Educadores também teve participação no ato solene, com o seu representante trazendo uma mensagem da Juventude Brasileira ao Presidente. A Juventude Brasileira foi um movimento estimulado pelo Estado Novo, no sentido de mobilizar os jovens em prol das causas e em apoio ao regime vigente, seguindo os moldes de alguns modelos totalitários europeus. O enfoque ufanista era o predominante na manifestação, marcada pelo pleno crédito na capacidade de Vargas à frente do comando do Brasil. O manifesto era marcado pela interação entre o pretérito, o presente e o futuro, que apareciam interligados a partir de um suposto voto de confiança na autoridade presidencial. Nesse sentido, era ressaltada a “luminosa obra do governo, iniciada em 1930 e engrandecida em 1937 pelo patriotismo e capacidade” de Getúlio Vargas, que viria a projetar-se “em direção ao futuro e, pela primeira vez em nossa História”, transporia “um círculo limitado do presente”, rasgando “nos horizontes mais longínquos o panorama de uma pátria melhor, mais rica e mais feliz”.

#####

Após a conferência do Sr. João Neves da Fontoura, o Presidente do Sindicato dos Educadores leu a mensagem seguinte, dirigida pela Juventude Brasileira ao Sr. Getúlio Vargas

Senhor Presidente Getúlio Vargas.

A juventude das escolas secundárias de todo o país, reunindo a unanimidade efetiva de cento e cinquenta mil corações, vem nesta grande data de júbilo cívico, responder ao chamado contido na célebre frase de V. Exa.:

“É na juventude que deposito a minha esperança e é para ela que apelo”.

Esses cento e cinquenta mil jovens, senhor Presidente, sentem e compreendem a profunda significação das palavras de V. Exa. A luminosa obra do governo, iniciada em 1930 e engrandecida em 1937 pelo patriotismo e capacidade de V. Exa., projeta-se em direção ao futuro e, pela primeira vez em nossa História, transpõe um círculo limitado do presente e rasga nos horizontes mais longínquos o panorama de uma pátria melhor, mais rica e mais feliz.

Para isso foi que V. Exa. apelou para a juventude.

E é para isso que a juventude se apresenta perante V. Exa. Vai ela, senhor Presidente, erigir na Capital da República, por meio de pequena contribuição de todos os ginásios do Brasil, uma estátua que simbolize sua resposta ao apelo que lhe lançou V. Exa. É uma antecipação do futuro – uma antecipação

inspirada pela sofreguidão de cento e cinquenta mil corações de adolescentes em acorrer ao chamado de V. Exa. para o serviço da Pátria...

Capital Federal, 19 de abril de 1941.

(Ass.) **Ernani Figueiredo Cardoso, Frederico Cardoso, Lafaiete Cortes, Emídio Quaresma Filho e Adauto Câmara.**

Recebendo a homenagem, o senhor Francisco Campos disse que, em nome do Presidente da República, recebia e agradecia aquela prova de confiança da juventude e dos colégios secundários do Brasil.

E acrescentou; – “Estou certo de que nenhuma palavra será mais grata ao coração de S. Exa. do que esta que acabamos de ouvir – a palavra da juventude, a palavra que tem o privilégio de traduzir, no presente, o pensamento do futuro”.

#####

O encerramento da atividade festiva deu-se com a gravação de uma transmissão radiofônica destinada à “Hora do Brasil”, programa organizado pelo DIP e que compunha uma das mais importantes peças propagandísticas do regime, aliando apresentações musicais/culturais com os informes de origem oficial acerca das ações governamentais. O discurso foi proferido por Henrique de Toledo Dodsworth Filho (1895-1975), político fluminense, formado em Direito

e Medicina. Cumpriu vários mandatos como deputado federal, vindo a atuar inclusive como constituinte na Assembleia que dotou o país da Constituição de 1934. Chegou a apoiar a Revolução Constitucionalista, mas se reaproximou de Vargas a ponto de ser nomeado pelo governo para ocupar o Executivo do Distrito Federal, cargo no qual permaneceu ao longo do Estado Novo. Encerrada a ditadura, permaneceria ainda por algum tempo na vida pública¹².

A manifestação do Prefeito do Distrito Federal era amplamente marcada pelo caráter laudatório vinculado à personalização do regime em torno de Getúlio Vargas. A fala não poupava adjetivações qualificativas para o Presidente, como o de ser inspirador de “extensas simpatias populares”, pois sua ação estaria a coincidir com os “sentimentos dominantes da coletividade”. Outras qualidades apontadas para o líder do Estado Novo eram as de “inteligência, intrepidez e bondade”, além de uma “inteligência, culta e ágil na ação ou no pensamento”, a “tolerância invariável nos atos”, e a “bravura na luta e desassombro ante o perigo”. Perante tantos atributos, o orador concluía que Vargas conquistara as “simpatias de grandes massas populares” e a consequente “natural e espontânea manifestação da sua solidariedade e da sua estima”. Entre outros “dons” atribuídos ao chefe supremo do Estado, Dodsworth demarcava que, como um “patriota”, Vargas abrisse “para o Brasil um novo capítulo nos seus fastos”, elencando como tópicos essenciais de sua

¹² PECHMAN, Robert. Henrique Dodsworth. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 2, p. 1894-1896.

administração “a unidade política, o desenvolvimento das forças econômicas e a legislação social”.

#####

Pelo microfone do DIP, “Hora do Brasil”, o Sr. Henrique Dodswrth, Prefeito do Distrito Federal, proferiu o discurso que segue

Tenho o prazer e a honra de ser, neste momento, o interprete da Capital da República nas solenidades comemorativas do aniversário do Sr. Presidente Getúlio Vargas.

O caráter nacional das homenagens que, por esse motivo, lhe são prestadas, deriva do fato de nenhum outro homem público do Brasil jamais haver despertado tanto interesse de apreciação, nem o de haver inspirado mais extensas simpatias populares.

A explicação do fato há de encontrar-se na circunstância visível da identificação estreita da personalidade do Chefe da Nação com os sentimentos dominantes da coletividade, sensibilizada nas reações favoráveis pelas qualidades primaciais do Sr. Getúlio Vargas, tão da predileção e gosto do nosso povo: a inteligência, a intrepidez e a bondade.

Quer pela inteligência, culta e ágil na ação ou no pensamento; quer pela tolerância invariável nos atos, como feição dominante e preliminar das suas atitudes; quer pela bravura na luta e desassombro ante o perigo, pôde o Sr. Getúlio Vargas satisfazer os pendores e simpatias de grandes massas populares, atraindo a natural e espontânea manifestação da sua solidariedade e da sua estima.

Sim, para o grande público, esses são os atributos marcantes da pessoa do Chefe do Governo, de outros dispõe ele para facilitar os anseios de seu patriotismo realizador e ativo. Podem percebê-los os que com ele privam, ou na intimidade de convivência de ordem social, ou no trato dos negócios do governo; e são – a discrição, a paciência e o método.

No comedimento das declarações, na benevolência das expectativas e na atividade pertinaz e regulada, cria o Sr. Getúlio Vargas o quadro íntimo em que há de se mover a solução dos mais graves e expressivos problemas da política e da administração nacionais.

Daí a forma sempre branda, mas segura, da atuação das forças movidas pela iniciativa do Presidente Getúlio Vargas para consecução dos objetivos em que se empenha a sua visão de homem político ou a sua responsabilidade de administrador.

Dotado assim de tais atributos, não admira que as oportunidades oferecidas pelo Destino sempre tivessem, pela interferência da sua vontade e da sua inteligência, o desfecho das vitórias conseguidas. Já se afirmou como conceito de ordem geral “que as grandes ações não se sucedem como obra do acaso ou da fortuna; derivam sempre do cálculo e do gênio. Raramente fracassam os grandes homens nas suas iniciativas mais difíceis; sempre vencem. Será porque tendo sorte, tornaram-se grandes homens? Não. Mas porque sendo grandes homens, souberam dominar a sorte”.

No tumulto dos fatos contemporâneos sente-se que o Presidente Getúlio Vargas teve o dom, raro em todas as épocas e em toda a parte, de prever as correntes que transformaram o curso da história e a vida dos povos. Prevendo-as como estadista, com prudência e tino, orientou os destinos do país. Patriota, abriu para o Brasil um novo capítulo nos seus fastos.

O Brasil, preso embora ao próprio passado no que tem de estrutural e indestrutível, despojou-se, contudo, de fórmulas velhas, sem conteúdo e sem finalidade.

Através da sucessão calma de episódios, dos mais importantes, entretanto, para a nacionalidade, o Brasil assistiu à formação do ambiente que proporcionaria a realização de três aspectos fundamentais da tarefa governamental inspirada pelo Sr. Getúlio Vargas:

- a) a unidade política e moral, instituída com o desaparecimento dos regionalismos e a restauração ativa do conceito federativo, sobrepondo-se, desde então, a autoridade da União a todos os setores em que necessariamente preciso era fazer sentir-se a predominância do interesse nacional;
- b) o desenvolvimento das forças econômicas com a ampliação da atividade dos mercados autárquicos;
- c) a legislação social, prescrevendo direitos e deveres das classes trabalhistas, dando-lhes paralelamente o amparo para as suas

necessidades de instrução e higiene e vinculando, harmonicamente, os interesses dos empregadores e os dos empregados.

Por isso, na pessoa do Presidente da República, descansa a confiança do país para que ele consiga, como Chefe, fazer com que o Brasil prossiga, sem abalos, sem perigos, na curva da sua evolução.

Querem-no, assim, os seus patrícios, cercado do respeito e estima de todas as classes sociais, e de todos os círculos da opinião nacional.

Cumpro, de pleno coração, o dever de saudá-lo em nome do Distrito Federal, nesta cerimônia, tão grata ao seu afeto, e tão cara ao nosso dever de brasileiros, formulando os votos de felicidade, que são os votos de todo o Brasil, transmitidos da vibração e encantamento da nossa cidade, para a grandiosidade tranquila da paisagem mineira.

***GETÚLIO VARGAS:
COERÊNCIA NAS ATITUDES***

Outra entidade que organizou um evento alusivo ao natalício de Vargas, no ano de 1941, foi o Instituto Nacional de Ciência Política, com uma sessão solene realizada no dia 19 de abril de 1941. A atividade realizada “para comemorar o aniversário do Dr. Getúlio Vargas” viria a reunir os “discursos pronunciados” em um opúsculo denominado *Getúlio Vargas: coerência nas atitudes*, sendo, portanto, já no título, elogioso em relação ao personagem em pauta. A edição de trinta e cinco páginas e dimensões de 16,1 X 23,4 cm. ficou ao encargo do próprio Instituto Nacional de Ciência Política, com a impressão realizada no Rio de Janeiro, ainda em 1941. Os palestrantes constituíam representantes da intelectualidade, todos eles vinculados ao contexto jurídico brasileiro.

O Instituto Nacional de Ciência Política foi uma “instituição civil que atuou entre os anos de 1940 e 1945”. Surgida a 25 de março de 1940, a entidade reunia intelectuais e, de “sua sede no Rio de Janeiro, se ramificou por diversos estados brasileiros, criando uma rede de debates e conferências”, com o intento de “estudar o pensamento e a obra política dos estadistas brasileiros e, em especial, do Presidente Getúlio Vargas”. O Instituto definia a si mesmo “como uma ‘escola de patriotismo’”, de modo que as atividades que organizava eram norteadas “por valores como patriotismo e nacionalismo”. Ele “excedeu seus limites institucionais”, com a realização de conferências, “para incluir diferentes atividades culturais e mesmo o registro do seu pensamento e das suas ações através da publicação das revistas *Visão Brasileira* e *Ciência Política*”,

participando ativamente do “projeto de governo do Estado Novo”¹³. Logo na abertura da publicação *Getúlio Vargas: coerência nas atitudes*, a instituição fazia uma apresentação, explicando a realização do evento.

#####

¹³ MARTINELLI, Veronica Vieira. O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP): uma “escola de patriotismo” no Estado Novo (1940-1945). In: *Revista História e Cultura*, v. 9, n. 1, 2020, p. 545.

Instituto Nacional de Ciência Política

2

GETULIO VARGAS

Coerencia nas Atitudes

Discursos pronunciados na sessão solene do Instituto Nacional de Ciência Política, no dia 19 de abril de 1941, para comemorar o aniversário do dr. Getúlio Vargas

Oradores :

Desembargador GOULART DE OLIVEIRA
Dr. JUSTO DE MORAIS
Prof. HANEMANN GUIMARÃES
Dr. ROMÃO CÔRTEZ DE LACERDA



Rio de Janeiro

Instituto Nacional de Ciência Política

A sessão solene comemorativa ao aniversário do Presidente Getúlio Vargas

Perante seleta e concorrida assistência, realizou-se no dia 19 do corrente, às 20 horas, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, a sessão solene comemorativa do aniversário do Presidente Getúlio Vargas.

Presidiu aos trabalhos da solenidade o Prof. Dr. Benjamin Vieira, que convidou para tomar assento na mesa o Dr. Geraldo Mascarenhas da Silva, representante do Presidente da República, o capitão Ovídio Beraldo, representante do general Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; tenente Abel Fernandes de Paulo, representante do Corpo de Bombeiros, os Drs. Prof. Hahnemann Guimarães, Des. Goulart de Oliveira, Presidente do Tribunal de Apelação, Dr. Justo de Moraes, Dr. Romão Cortes, Des. Adelmar Travares, coronel Airton Lobo, Des. Saboia Lima e outros representantes das altas autoridades do país.

O primeiro orador foi o Desembargador Goulart de Oliveira, que proferiu substancial discurso baseado em profundas observações sociológicas, salientando a necessidade que há dos reajustamentos políticos em face da evolução social do mundo. Estudou os fundamentos dos regimes políticos contemporâneos, assinalando o que eles têm de inacabado e incerto, principalmente o regime bolchevista nitidamente unilateral e opressivo. Fez

outras considerações entrando por fim a estudar a obra magistral do Presidente Getúlio Vargas, estribada na realidade brasileira, sem artificialismos nem convenções, pondo em evidência o espírito humanístico, social e profundamente democrático do Estado Novo.

Em seguida, falou o Dr. Justo de Moraes que, evocando fatos expressivos de suas relações com o Presidente Vargas, mostrou como o Chefe do Governo integrou São Paulo na comunhão nacional com o mais elevado senso político e elevado patriotismo.

Procedeu à leitura de vários documentos demonstrando a coerência e elevação do pensamento do Presidente Getúlio Vargas em todos os atos visando como único objetivo à grandeza do Brasil. “Nunca revelou subalternidade”, disse o orador, mesmo nos momentos mais difíceis, quando em 1935, discutiam-se várias fórmulas políticas em que se colocava em jogo o destino do Brasil.

Finalizando, salientou que a grandeza do Presidente Vargas emergia dos atos de S. Exa.

O terceiro orador foi o Dr. Hahnemann Guimarães, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, que num belo discurso, estudou o clima política e social do mundo moderno em constante transformação. Criticou o regime da Velha República, antes de 1930, que não se baseava numa política realista e humana. Mostrou que a solução da questão social no Brasil só foi solucionada depois do advento da Revolução de 1930. Demonstrou os grandes

melhoramentos na legislação trabalhista, confirmando plenamente a política humanista do Estado Novo.

O Dr. Romão Cortes de Lacerda, procurador geral do Distrito foi o último orador. Este como os demais que o precederam formulou considerações de grande relevância, salientando a projeção política do Presidente Getúlio Vargas, bem como as suas imperecíveis realizações.

Antes de terminar a sessão, o Dr. Benjamin Vieira fez ligeiros comentários em torno dos discursos proferidos.

Foi aprovado por unanimidade um telegrama de congratulações com o Presidente da República, pela promulgação do Estatuto da Família.

A sessão terminou com os acordes do Hino Nacional e vivas ao Presidente Getúlio Vargas.

#####

A primeira palestra da sessão solene foi proferida por Álvaro Goulart de Oliveira (1882-1950), que era natural do Rio de Janeiro e formou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas. No início da carreira, atuou como crítico de arte e redator de matérias jurídicas no *Correio da Manhã*. No campo judiciário, foi adjunto de promotor, promotor e curador. Fez parte do Tribunal Especial que, após a Revolução de 1930, julgou membros vinculados ao regime

anterior. Tornou-se procurador-geral do Distrito Federal e, mais tarde, desembargador do Tribunal de Apelações do Distrito Federal. Ainda durante o Estado Novo foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde permaneceu até o seu falecimento¹⁴. Sob o título “Ditaduras e revoluções”, o palestrante inicial pautou sua fala em um antagonismo entre os modelos liberais clássicos e os autoritários. O ufanismo patriótico também compôs a apresentação, como ao expressar a sentença exclamativa de que “a vastidão da Pátria só cabe, nas dobras de uma bandeira, em um lema, em um símbolo, em um hino”. Como seria natural, em se tratando daquela data alusiva, a personalização em torno de Vargas não foi deixada de lado, com perspectiva de que “o eminente aniversariante de hoje não esqueceu nunca, na sua bondade, na sua honradez, na sua tolerância, os luminosos destinos que traçou, desde o início da jornada, para a sua, para a nossa Pátria”.

#####

¹⁴ ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 4, p. 4146-4147.

Ditaduras e revoluções

Desembargador Goulart de Oliveira

Houve, inegavelmente, um momento propício ao surto das ditaduras. Houve um conjunto de circunstâncias, conformando situações, que autorizaram o desencadeamento de revoluções. Sem aprofundar o exame desse interessante fenômeno, fácil seria por em relevo que esse momento de existência do mundo coincidiu com outro em que se demudaram, acintosamente, os conceitos aos fatos e aos fenômenos. Enganam-se os que atribuem à palavra, tomada em si mesma, simples vocábulo, uma fórmula fria, inerte, inanimada, só suscetível de vibrar ao toque mágico do engenho ou da imaginação humana. A vida, na sua caprichosa realidade, põe nela, a cada passo, uma alma, uma personalidade, um fenomenismo.

Tome-se para exemplo o prestígio que essas fórmulas agitam e transmitem, enchendo e caracterizando certos momentos sociais, certas épocas, transpondo as esferas regionais, universalizando-se.

Tome-se para exemplo a riqueza da fórmula “inquietação”, com toda a variedade dos seus matizes. Explicando a característica enervante do mundo no desenrolar da última década, cada qual à sua maneira, convieram todos em defini-la, em fórmula absolutamente impar, mas contida nos léxicos em raio

muito estreito: inquietude, desesperação, desassossego, intranquilidade, ansiedade...

Essa afirmação, generalizada na opinião, como uma verdadeira crise, conseguiu desmudar, por sua vez, o conceito dessa outra fórmula universal.

Crise, em todos os tempos, foi uma situação definida na técnica pela fórmula “falta sensível de...”, fosse numerário, braços, produção, saúde, matérias-primas, gêneros de primeira necessidade. Nesses tempos turvos e equívocos, a crise transmudou-se, definitivamente, para o extremo oposto: “abundância, excesso de...”, liberdade de mais, direitos de mais, igualdade de mais... e assim o ouro, o poder, a maquinaria.

Mas o fenômeno glossológico, paradoxal, transpôs o campo dos léxicos e acentuou-se social e político... e houve outras e outras crises de abundância, que mais desassossegaram, que mais inquietaram patriotas, estadistas e governantes.

O conceito de revolução sofreu, necessariamente, a sua transmutação. De todos os tempos, a lição que, nesse sentido, a História não regateia. Dos nossos dias as revoluções russa, alemã, italiana, turca, espanhola e tantas outras, nos países hispano-americanos, todas com as suas feições genéricas e seus êxitos especiais. De caráter essencialmente político, algumas, com feição mais acentuadamente social outras, fixam-se verdadeiros símbolos, a que aludem os seus próceres e vanguardeiros, com entusiasmos de prosélitos contritos e admiradores dogmatizados na fé.

Surpreendem nelas, os psicólogos argutos, o caráter de realidade orgânica e sistematizada. Para um povo determinado, em momento determinado, em condições determinadas, não há mais do que um regime possível. Os problemas políticos, como os problemas de álgebra, têm uma única solução.

E Georges Roux explica:

“A modificação do Estado, de um dos seus elementos principais, dá lugar a uma mudança de equilíbrio e deve produzir uma mudança de sistema. Se essa modificação é por muito tempo contrariada por forças conservadoras muito poderosas, se há compressão, então o restabelecimento do equilíbrio se fará segundo essas variações bruscas, espécies de explosão, que nós chamamos revoluções.

A história dos estados políticos é análoga à dos fenômenos físicos, regendo os corpos que são sólidos, líquidos ou gasosos, segundo sua temperatura e sua pressão.

A política é um equilíbrio que se precisa reajustar constantemente.”

O fator homem sempre se ofereceu, à indagação do estudioso, como um animal complexo, misto de anárquico e de social, e, por isso, sensivelmente revolucionário, alimentado a todas as horas pro suas angústias, suas penas, sua força, suas esperanças. Se ele surge congregado, membro da sociedade humana, por contraste com todas as outras espécies, é, antes de tudo, pela consciência que cada um tem de sua personalidade.

Essa consciência se revela, já nos primitivos, no desejo irreprimido de revolta contra o grupo, no recurso ainda instintivo à magia negra, ao misticismo, ao assassinio ou ao suicídio, estigmas significativos da impossibilidade de dissimular o gosto insopitável pela personalização.

“Desde as origens, o homem, vivendo em sociedade, projeta fora dele, nos quadros em que se encerra, a contradição intrínseca que constitui o seu drama interior. Não raro, sem saída possível, encerrado nas tenazes das suas necessidades divergentes, condenado a uma inquietude perpétua, ele oscilará entre os desejos contrários, de afirmar sua personalidade, opondo-se à coletividade, ou consolidá-la, apoiando-se nesta. Muito fraco para lutar sozinho, muito orgulhoso para se submeter, passará pelas alternativas do conformismo e da revolução – ambas igualmente necessárias”.

A revolução passou assim a explicar-se necessária, isto é, ao mesmo tempo indispensável e inelutável. Em seu sentido profundo ela é uma intenção; o que importa, antes de tudo, é a sua finalidade – o proveito da personalidade humana.

–

Os técnicos assinalaram as causas genéricas, ativas, das ditaduras: Primeiro, a crise do regime parlamentar; depois, a crise da democracia, quando a democracia-direito não é acompanhada da noção da democracia-dever; afinal, a vaga de materialismo egoísta que determina a crise dos valores morais mais essenciais.

Cambo explica a primeira como um paradoxo: a extensão senão a democratização da cultura aparente nos negócios submetidos às deliberações parlamentares. Acrescente-se o contraste do número e variedade de assuntos e a relativa incultura da massa dos parlamentares; a ausência de disciplina partidária; o sistema eleitoral deturpado pela fraude.

Resultado: a multiplicidade dos negócios confiados à deliberações dos Parlamentos arrasta a uma ineficácia total, ou a uma lentidão desesperadora, incompatível com o ritmo acelerado da vida hoje.

Quanto à segunda, reduz-se à medida dos deveres que a democracia impõe ao lado dos múltiplos direitos que prodigaliza: – Entedia-se, em resumo, que estes ainda eram poucos e aqueles demais.

E afirmar os críticos do problema que, em nenhum dos países em que se implantou o regime da ditadura, os cidadãos, em sua maioria, cumpria os deveres inerentes ao regime democrático. O ditador que lhes arrebatou os direitos políticos não fez senão arrancar plantas sem vida, instituições que não eram senão uma sombra de uma derrisão.

No que respeita à terceira, não somos dos que preconizam o egoísmo como estimulante louvável do progresso material e moral de um povo, mesmo quando se oferece com os contrapesos dos grandes ideais. Nesses casos, não se trata de egoísmos... Convenhamos, entretanto, que de egoísmo somado à falta de ideais só se podem gerar catástrofes.

E era lamentável de ver, então, essa febre de ganho impor à maior parte dos homens um esquecimento absoluto de todos os grandes ideais, que fazem a dignidade da espécie humana.

Que se considere o espetáculo que ficou da grande guerra: ao lado da devastação cruel da mocidade, a lição aos adolescentes de que os que morreram ou suportaram os grandes sofrimentos foram joguetes do ideal a que serviram, enquanto que os que procuraram na guerra unicamente um proveito gozaram, então, de invejável bem-estar material, de escandalosa e revoltante consideração social.

Não nos traçamos como programa a crítica dos sistemas ditatoriais: – não lhes explicaremos as vitórias, nem lhes justificaremos as derrotas.

Da ditadura fascista deixaremos sem análise a partilha dos grandes domínios da Itália meridional, reforma agrária de considerável significação; a instituição do “Dopolavoro”, interessante como obra social, embora disfarçando a sua finalidade política; o desenvolvimento do Sistema do Seguro, generalizado, automático; prêmio aos do partido e propaganda inteligente para suscitar o gosto para garantia mais vultosas; a organização sindical, tocando a estrutura mesma do Estado, modificando-lhe o caráter tradicional. O Estado guarda o direito de regulamentar as relações do trabalho e do capital e promulga a “Carta do Trabalho”. O sindicato e a corporação tornam-se órgãos do Estado e abrangem operários, empregados e empregadores e protegem inscritos e não inscritos: envolvem uma função tutelar.

Mas o fascismo empreende a fabricação de um povo novo, com um processo racional de exploração de tudo quanto há na mocidade capaz de servir à grande causa da Pátria. “O fascismo forja, assim, uma nova alma nacional”.

É a Escola Normal, primeiro, depois as Balilas, as Vanguardas, os Jovens Fascistas e o Partido, afinal. Ai, de vagar, calculadamente, infiltra-se na consciência da criança, do adolescente, uma série de crenças consideráveis; mas é aí que se proíbe, logo, que se apertem as mãos humanamente. Só há um saudação: – à romana.

“Il nous fut devenir um peuple dur”. “La vieille gaité italienne s’efface devant la volonté d’être sombre et d’être toujours, comme l’a dit le Duce, les poings tendus, le visage contracté”.

Nos retratos oficiais o Duce surge sempre, na verdade, carrancudo, semblante fechado, sobrolho carregado. Ele mesmo apregoa ao fascismo “um clima duro”. Aos jovens ensina-se que a bondade, a indulgência, a compaixão, são sinais eloquentes de fraqueza. Entre os dez mandamentos da milícia figuram os que afastam a crença na paz perpétua; o que convence de que os dias de prisão são sempre merecidos; o que aconselha a conservar os fuzis para a guerra.

É feita, assim, a destruição premeditada da autocrítica, impõe a certeza final de que “Mussolini tem sempre razão”.

Com a responsabilidade do professor Bodrero, o antigo Ministro da Instrução, esculpe-se a grande legenda: – “Há uma virtude que deve ser o vosso estimulante, que deve ser a chama das vossa mocidade: – o ódio!”.

“Ah! como será bela a guerra que vós fareis, exclama outro, a guerra em que vos sentireis dentro de vós, e atrás de vós toda a Itália unida, que vos ajudará, vos acompanhará, vos assistirá e vos beijará na frente pela vossa vitória!”.

O autor da “Leçon de Cesar”, depois de classificar de heroico o esforço dessa heroica nação, observa que há um fato “tempo”, de que o fascismo faz mal em não cogitar nos seus cálculos orgulhosos. Não se pode estacionar no que foi feito, mas no que está por fazer. “O que é interessante é o amanhã”.

O fascismo montou a sua máquina grandiosa; manterá o seu controle? Inquire o comentador com ares proféticos. Que fará a Itália de toda esta força? Que fará toda esta força da Itália?

E ainda em 1932 afirmava: “O fascismo é uma revolução em curso, cheia de acontecimentos inacabados”.

Na Rússia fez-se a revolução para implantar a ditadura do proletariado, como satisfação a um profundo ódio coletivo, até certo ponto justificado.

Agiu o subconsciente da alma russa, não venceu a força de Lenin, mas concretizou as três fórmulas tidas como lapidares: a paz a todo preço; a terra aos camponeses; o poder aos soviets.

Em síntese, a lição do autor “das ditaduras”: na Rússia nenhuma lei, nenhuma instituição protege nem defende os que não estão no poder. Já não havia essa lei na época czarista. Hoje todo o poder está nas mãos de um partido e é exercido em favor do partido e de seus membros; outrora todo o poder estava nas mãos de uma classe que o exercia em seu favor e em seu proveito. A liberdade nada ganhou nem perdeu na Rússia pela passagem do czarismo ao bolchevismo.

O problema da criação de uma alma nacional russa foi o fato primacial, que forrou a ideologia da sua revolução. A infância preocupou igualmente o ditador e passou a ser encargo do Estado.

Veja-se, entretanto, já em 1936, o testemunho significativo de Krilenko, Comissário de Justiça discursando perante o Comitê Central Executivo, e justificando, sem reserva, o realizado naquele comissariado. Ele diz da eficiência da lei de 20 de julho de 1934, que torna passível da pena de morte ao nacional apanhado quando se preparasse para transpor a fronteira do país, nem criminoso, nem deserto, mas apenas esquecido das formalidades necessárias para ir ao estrangeiro. Em caso mais favorável essa pena seria apenas de dez anos de reclusão e confisco de seus bens. Se os membros da sua família estivessem ao corrente da sua intenção e o não houvessem denunciado, seriam todos condenados à pena de cinco a dez anos de prisão e de igual confisco. Se não estivessem ao corrente desse projeto, ainda assim seriam privados dos direitos eleitorais e deportados para regiões longínquas, por cinco anos.

E Krilenko vangloria-se: “Não é a primeira vez que no curso da nossa revolução aplicamos esta forma de represália...”.

Nesse mesmo discurso esse Comissário da Justiça fala do famoso decreto, de 8 de abril de 1935, que autoriza a pena capital aos menores de doze anos feitos, se acusados de roubo, violências, assassinio e tentativa de morte.

Isso, dia o decreto, para obter uma liquidação rápida da criminalidade infantil.

E relata que Léppé, jovem autor do roubo de uma carteira, cinco meses antes de entrar o decreto em vigor, foi fuzilado.

Nesse mesmo discurso, Krilenko refere-se à pena de cinco anos, em campo de concentração, sem sursis, para os menores portadores de armas, mesmo sem delas haverem usado, e mais, à pena de cinco anos de prisão para menores simplesmente contraventores...

A revolução alemã processou-se, em clima sobejamente conhecido como conhecidos os sacrifícios épicos extra-humanos em que repousou e em que se construiu o seu formidável monumento. Foram-lhe apanágio a intransigência e a intolerância; argamassou-se na campanha que incompatibiliza os pais com os filhos, os esposos com as esposas, e faz etiquetas dos mais profundos sentimentos de amor e de amizade e dissimula os vínculos fundamentais da família, da liberdade e da propriedade, na contextura e na cor dos pigmentos da pele; faz dogma da violência, a cuja divindade atribui a máxima capacidade

criadora. O processo da sua revolução opera-se, ainda, projetado como uma sombra imensa pela tela do mundo.

Resultante determinada de um paralelogramo de forças a ditadura, também, no Brasil veio de uma revolução necessária. Como um imperativo, surgiu da vontade dos vencedores o seu condutor providencial. Ele sabia que o mundo se encontrava, como se encontra ainda agora, em presença de uma nova técnica de governo, como o acentua Ward Price em “I know these dictators”.

Ele tinha o exemplo de que “a ditadura confere ao que a exerce uma autoridade que não tem limites de espécie alguma, nem nas leis nem nas instituições”, que “a razão do interesse público, definida pelo ditador, é a suprema legitimação dos seus altos”.

Teve a fortalecê-lo o quadro das revoluções e das ditaduras do mesmo ciclo: totalitarismo, intransigência, intolerância, a magia tentadora, absorvente e cômoda da força e da violência.

Não esqueceu um momento sequer, nessas horas torvas e angustiosas, de que o fim do Estado é o de assegurar o bem comum. Bem comum é harmonia coletiva, é equilíbrio. Não há equilíbrio sem ordem jurídica.

Ele mesmo traçou o leva imperioso institucional do regime: – “Ficam suspensas as garantias constitucionais e excluída a apreciação judicial dos decretos e atos do governo provisório”.

Os tribunais são chamados logo a aplicar decreto da ditadura; o representante do poder evidencia que há uma ditadura instituída pela revolução

triumfante, alicerçada no êxito consagrador da única força-direito; que há um ditador com poderes discricionários e não poderes discricionários de juízes...

Os juízes, ainda assim, recusam vigência à lei da ditadura, com os olhos fitos no que chamavam a inviolabilidade dos direitos adquiridos... O ditador acata a solução dos juízes.

Ele oferece, assim, o seu primeiro exemplo de sabedoria política e de sadia tolerância.

Para se tornar um homem de Estado, um homem político, é preciso, antes de tudo, uma vocação decidida pelos negócios públicos. Mas não basta a vocação. A política é uma arte, é a arte de governar os povos, e toda arte tem a sua técnica e só se aprende essa técnica com a experiência. Não se lhe conhecia a vocação, mas a técnica denunciou, nestes dez anos de governo, uma experiência de grande experimentado.

Ele compreende que essa recusa não reflete uma hostilidade. Os magistrados não vêm na órbita institucional um texto definitivo, mas dependente de ato peremptório, autorizando a medida pleiteada. Ele se contamina do prestígio luminoso da ideia da “coisa julgada”.

Mas, ele se revela sabedor profundo da lição azeda dos comentadores das ditaduras na enumeração das vantagens que proporcionam e se apressa a tirar dela essas vantagens. Da liberdade de sua atuação governamental tira ele melhor e maior rendimento; o parlamento retarda a marcha da máquina, destrói-lhe a energia com as resistências passivas. Evitam-se os desgastes do

tempo nas obstruções partidárias. Aí estão as leis necessárias, que o parlamento havia congelado, enumeradas nas obras, nos discursos e no próprio manifesto do Presidente, em 37.

Ele extrai dessa ausência maior eficácia para os programas de melhoria das finanças públicas, assim, mais facilmente controladas, mais dificilmente desbaratadas, afastadas as especulações internas e externas, que os parlamentos e os regimes, de larga publicidade, facilitam e alimentam e que ou os fazem fracassar ou lhes avultam o custo, desmedidamente.

Ele aproveita-se, patrioticamente, da certeza de que o governo ditatorial não está sujeito à discussão pública. Seus planos se conhecem de surpresa, anulando os efeitos perniciosos dos egoísmos locais, dos interesses entravadores com o que, muitas vezes, nos regimes democráticos regulares, não é possível transigir.

Assim, com a instauração racional dos serviços públicos, com a implantação, com a manutenção da ordem pública, favorecidas pelo ambiente fechado às explorações licenciosas disfarçadas nos regimes libertários.

Para eles, dir-se-ia proclamou o autor das “ditaduras” seu curioso paradoxo: “Quando uma ditadura é exercida com prudência, e não cria por si mesma fatores e estimulantes de revolta, tem que recorrer a medidas de repressão muito menos vezes do que os governos de liberdade”.

Assim, a restauração da disciplina na administração pública e na vida social, do que fez realidade ativa, e, com que cimentou o alicerce da grande projeção do seu governo, com a colaboração de todos os cidadãos.

Seu primeiro manifesto foi uma ponderada sentença, decretando uma falência, marcando um prazo para a apresentação de uma lista verdadeira e sincera de credores de toda a espécie e, mais que isso, notificando aos interessados a imperiosa necessidade da reabilitação do falido, em tempo fixo e prazo curto. Assumiu as canseiras do liquidatário e as responsabilidades árduas do reabilitador.

Não cerrou, porém, os punhos, não carregou o semblante, não sombreou as pupilas nem pôs na fronte larga os sulcos postiços, reveladores de inquietudes e de desassossegos. Abriu-se, ao contrário, no sadio sorriso que o acompanha sempre, ao afagar as crianças que o rodeiam nas suas horas de ar livre, na ânsia compreensiva do seu “sinite parvulos venire ad me”, nas audiências protocolares e cuidadosamente protocoladas, nos momentos todos em que falou à Nação, comprometendo-se, quase sempre, com ela ou com ela se rejubilando.

Achou valor para a incógnita de uma equação perturbadora; explicou o **quid** psicológico a um paradoxo: – revelou a grandeza da **unidade** sobre a **multiplicidade**, do “um” sobre o “vinte”. A afirmativa parece revestir a forma de um “test”; não é um test.

A vastidão da Pátria só cabe, nas dobras de uma bandeira, em um lema, em um símbolo, em um hino!

Não governa de cor, não administra de ouvido, mas com os olhos abertos; não se enquistou jamais nos recantos sombrios das ilhas escusas, nas quinas arcabuzadas, em momento algum, por mais inseguro ou perigoso. Procurou, vendo, palpando, sentindo, valorizar o homem de todos os climas, de todos os centros vitais, de todos os rincões.

Ao contrário do assinalado e predito pelos comentadores, ele mesmo faz evoluir o espírito revolucionário; sentido honestamente fracassado, até certo ponto, o movimento de 3 de outubro, na profundidade dos seus ideais, por motivos, embora alheios à vontade e à convicção dos vencedores, ele é o próprio a conservar-se atento a todos os estremecimentos, a todos os frêmitos da Nação e ele mesmo age no sentido da salvação, ou seja da realização da ideologia saudável da revolução.

A experiência de 34 o revela, o golpe de 37 o denuncia e confirma.

No julgamento da Constituição formulada para a primeira, ele bem compreendeu a lição de que “o que importa mais do que a extensão dos direitos, que se reconheçam a todas as coletividades humanas é a efetividade desses direitos e as garantias pelos quais a lei e a conduta dos governantes lhes consagram o respeito mais absoluto. A própria Constituição de 37 o evidencia, traduzida nas páginas vibrantes do seu manifesto.

Afirmar que todos são livres, sem dizer em que consiste a liberdade – é o mesmo que negá-la. É a liberdade diz Almeida Moura, na sua tese, erigida em princípio pelo fascismo sem poder esconder o vazio que há dentro dela.”

Afirmar que todos são livres, dizer em que consiste a liberdade, mas não assegurá-la eficazmente, é a derrisão tornada sistema nas velhas constituições, com os seus pomposos “catálogos de direitos”, que os governantes sempre encontraram meios de burlar.

Meus senhores,

Sou dos mais autorizados a dizer do significado da obra do Presidente Getúlio Vargas, com desassombro, porque nunca ocorreu oportunidade de que me colocasse na vida pública em antagonismo ou contradição com ela.

Dentro ainda do verdadeiro panorama revolucionário, com o sentimento profundo da ação severa e remediadora do Ministério Público, fui por ele chamado a colaborar na obra reconstrutora da Revolução. Cumpri o meu dever de profissional e de patriota.

E a hora era incerta, e a rota encruzilhada. Não desertei, então, como nunca desertei.

Senti bem e com ele, que, quando a ordem não existe mais na ordem, é forçoso achá-la na Revolução e o único perigo que esta pode oferecer está no esquecimento dos seus fins humanos.

O eminente aniversariante de hoje não esqueceu nunca, na sua bondade, na sua honradez, na sua tolerância, os luminosos destinos que traçou, desde o início da jornada, para a sua, para a nossa Pátria.

#####

Justo Rangel Mendes de Moraes (1883-1968), o responsável pela segunda fala da sessão solene, foi um advogado nascido no Rio Grande do Sul e formado pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, no Rio de Janeiro. Após a Revolução de 1930, compôs o Tribunal Especial voltado a julgar elementos vinculados ao regime decaído e atuou na direção da Caixa Econômica Federal. Em meados dos anos trinta foi eleito deputado federal¹⁵. O palestrante demarcou que ocupava aquela tribuna como “um homem não político”, mas que convivera intrinsecamente com o período abordado. Sua abordagem concentrou-se no devir histórico desde a Revolução de 1930 até o Estado Novo, com especial atenção para os anos de 1932 e 1935. O aniversariante do dia era destacado pela “extensão e profundidade dos sentimentos patrióticos”, que estaria a “cogitar só e exclusivamente dos relevantes interesses nacionais brasileiros”, o qual, mesmo em situações de crise, mantivera sua “ação sedativa, apaziguadora e amalgamante”.

#####

¹⁵ ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 4, p. 3887.

Discurso do Dr. Justo de Moraes

Senhores:

Quando os preclaros patronos desta solenidade puseram em liça o meu nome desataviado, a fim de dizer algumas palavras neste cerimonial que objetivava realizar um preito de homenagem ao Ilustre Chefe do Estado Brasileiro, por motivo da comemoração da sua data natalícia, cuidei ter sido posto em um verdadeiro lance, e muito hesitei antes de conferir a minha anuência.

Sem jamais ter sido político, porque, apenas, e em breve lapso, as contingências me fizeram incursionais pelas alturas em que se desdobram os transcendentos fenômenos estatais, me pareceu que melhor valeria demorar nas planuras em que se têm desenvolvido as minhas permanentes e gratas atividades profissionais de advogado.

Entretanto, meditando depois sobre as circunstâncias, acudiu ao meu espírito que tenho, pessoalmente, um dever de prestação para com o Sr. Getúlio Vargas, e que este momento poderia ser, possivelmente, o ensejo adequado para me por no caminho da liberação de tal tributo, que tem as suaves tonalidades de um procedimento de gratidão.

Daí – senhores – o motivo da presença nesta tribuna de um homem não político, e que por força ou destinação absorvente do seu ofício, vive à margem de quaisquer outras atividades estranhas à sua própria profissão.

Dada a simpatia – e porque não dizer – o entusiasmo de que me achava possuído pelo movimento revolucionário de 1930, o qual reputava tão necessário para o nosso país, que o considerava, como representando uma contingência histórica, com todos os característicos da fatalidade, não obstante os reveses que adiram desde 1922, o seu surto triunfante, tive ensejo de me aproximar do Sr. Getúlio Vargas, e, por vezes, tão estreitamente, que poderei, como nem um outro, prestar testemunho relevante sobre os seus atos, conduta e virtudes.

Se o destino e os meus lazeres ajudarem, ainda um dia trarei a público a documentação que tenho a propósito, completada pelas minhas lembranças e impressões individuais. No entanto, tais revelações, se houverem, porventura, de sair do escrínio em que as guardo, e da minha memória, haverão de ter um porte, que ultrapassará os limites de uma singela palestra de conferência.

Por isto, agora, só caberá ser apresentado um estreito ângulo dos acontecimentos, nos quais, todavia, se revelará a extensão e profundidade dos sentimentos patrióticos do Sr. Getúlio Vargas. Cumprindo, desde logo, realçar que a pureza da verdade do que, em breve, vou dizer, não poderá ser posta em dúvida, nem mesmo pelos críticos mais rigorosos e em paroxismo de rancor, porque os fatos a conceituar, se deparam, todos, assentados em documentos que trazem a data – já vetusta – de 1935.

Os homens costumam ter na sua vida episódios a que atribuem uma relevância sobre todos os seus demais atos. Para quem vos está falando, o acontecimento que até agora mais se realça na sua existência, é representado pela ajuda que pôde dar ao trabalho de integração de São Paulo, ao sentimento

de brasilidade. E esta cooperação só foi possível, este ativo de serviços só se integrou ao patrimônio da vida do advogado que, neste instante desmerece este púlpito leigo, pela deliberação indefectível do Sr. Getúlio Vargas, e, depois, pela sua conduta, sempre retilínea, segura, leal, e por vezes brava, diante das dificuldades que se antepuseram aos seus beneméritos desígnios.

Muita coisa há escrito – e, conseqüentemente, existem abundantes cabedais perpetuadores dessa fase histórica – mas, neste ápice, o que é essencial assinalar, e que, talvez, bem poucos compatriotas o saibam, é o que exprimiu tal serviço prestado ao Brasil pela atuação do Sr. Getúlio Vargas, que, sufocando legítimos ressentimentos, proscrevendo os próprios princípios de autoridade, enfim, pondo em jogo um espírito alto, capaz de afastar as questões pessoais, de paixões, e de amor próprio, pôde cogitar só e exclusivamente dos relevantes interesses nacionais brasileiros.

A primeira vez que viajei para a capital do grande Estado Bandeirante, no intuito de fazer as escutas de análise do ambiente, embora não desanimado – porque sou por temperamento persistente – tornei, todavia, cheio de preocupações e perplexidades: – grandes e pequenos, ricos e pobres, doutos e incultos, homens, mulheres e crianças, em maioria que quase abeirava a unanimidade, trasvasavam – veja-se bem – uma expressão dolorosa de desapego pelo que chamavam o Brasil, e havia nos corações em mágoa, uma verdadeira mística separatista. Não se encontrava, fosse mesmo nos recantos um só pavilhão brasileiro; mas em toda a parte se via ostentadamente desfraldado o tradicional e querido estandarte paulista.

Pois bem. Depois da ação sedativa, apaziguadora, e amalgamante do Sr. Getúlio Vargas, o panorama se modificou por completo. O Estado de São Paulo se incorporou ao Brasil, pelo idealismo; e dada a sua condição de um povo de elite, é nos seu seio que agora encontram as melhores repercussões, os fatos e acontecimentos correlacionados com as conveniências e utilidades nacionais.

Neste momento, como em todos os tempos, há descontentes em São Paulo; um certo grupo de homens discorda da forma porque são encarados e resolvidos não só os seus problemas, como também, as próprias questões brasileiras. Todavia ninguém mais se aventura em acalentar ou dar curso ao pensamento desintegrador. Ao contrário, o que almejam é que se realize uma completa união nacional, para que possamos enfrentar, em condições de organização unida, os graves problemas que a crise mundial do momento está fazendo recrescer em toda a parte.

Esta obras de chamamento de São Paulo ao gênio brasileiro, foi deliberada e realizada, fase a fase, pelo Sr. Getúlio Vargas. E o destino benévolo permitiu que quem vos fala neste instante, tivesse a fortuna de poder prestar pequena cooperação a este altíssimo empreendimento de estabilizar semelhante concordância patriótica.

Pouco importa o destino que os acontecimentos de superfície tenham tomado; o profundo, o permanente, é o que aí está: – São Paulo, com todas as suas incomensuráveis forças e capacidades, intimamente aglutinado à alma brasileira.

Daí o que revelei no início desta oração: – me reputo devedor de um tributo pessoal de sentimento para com o Sr. Getúlio Vargas... Daí a perfeita serenidade com que posso, de público, fazer, cordialmente, o louvor das suas atitudes, naquilo que me foi dado testemunhar, no recesso das nossas relações...

O espírito público do Sr. Getúlio Vargas não se fez, apenas, sentir, nesse passo a que venho de aludir. Em outra emergência tal virtude se revelou em plena luz, e quanto a semelhante episódio, nada desaconselha a revelação, neste ato, de documentos que terão o mérito de excluir todo e qualquer aspecto de mercê, para realçarem, quanto à sua franqueza, os julgamentos que haverão de ser enunciados na intercorrência deste trabalho...

Corria o ano de 1935, e os homens de responsabilidade na direção dos destinos do país, compreendiam, sentiam e pressentiam, que embora existisse uma paz material, avolumava-se uma agitação de espírito, cujo destino ninguém, no momento, poderia prever com exatidão.

Aliás, Paulo Bourget em um livro intitulado – *Ao serviço da ordem* – faz sábias advertências sobre semelhantes encruzilhadas, ponderando que não basta a tranquilidade nas ruas, é mister, que exista, acima de tudo, e a tudo sobrepujando, um sentimento de ordem espiritual.

O Brasil daquele instante atravessava um desses períodos de calma precursora das tempestades. Havia a ordem na praça pública, mas a alma comum estava sendo trabalhada por uma grande desordem de ideias.

Não preciso recapitular os acontecimentos; nós todos somos homens dessa época.

Pois bem: – políticos de intenções condignas – (e o Sr. Getúlio Vargas conhece o nome de todos eles) – se reuniram para discutir a situação, e provocarem um movimento nacional de defesa do Brasil. Todos – e pouco importando as facções – mas pertencendo ao grupo democrático do centro – se achavam animados do mais salto sentimento patriótico, e, por isso mesmo, concluíram em uníssono, que só haveria um desenlace possível: – era o de realizar a união nacional para se prestigiar o Poder Constituído. Ao se estabelecer esse juízo comum, era natural que se procurasse conhecer a opinião do Sr. Getúlio Vargas, para se saber se concordaria com qualquer iniciativa nesse sentido, e se estaria disposto a acolher a colaboração do conjunto democrático, oposicionista, que atuava na época com vigor e brilho, mas aguerridamente, dado o alto mérito e combatividade dos homens que a ele se achavam filiados.

Coube ao orador, que está fatigando a atenção do auditório, se desincumbir da relevantíssima missão perante o Chefe do Estado, que tido e havido como homem de falas comedidas, mas com grande capacidade de ouvir, subverteu, todavia, no ensejo, o seu temperamento, e se mostrou, para logo, tão preocupado com o problema, que, antes mesmo de qualquer exposição, esboçou um gesto, tanto que soube do motivo do encontro, para que não lhe fossem revelados detalhes, e, espontaneamente, fez uma larga narrativa dos seus

pontos de vista, dos seus anseios, dos seus desejos e das aspirações que acalentava em bem do Brasil.

Não estou acomodando fatos, para poder tirar efeitos de elogio.

O que aconteceu nessa entrevista foi, felizmente, horas depois, traspassado para uma carta dirigida a um dos pró-homens de São Paulo, e cuja cópia, por um dever de lealdade, – doado que revela uma conversação comum – remeti, imediatamente, ao Sr. Getúlio Vargas.

A conferência com o Presidente da República teve lugar aos 14 de outubro de 1935, e no dia seguinte – pois que a missiva a que aludo tem a data de 15 de outubro de 1935, – a descrição do encontro era feita desta maneira: – “Conforme lhe havia dito na sua última estadia aqui no Rio, solicitei um entrevistamento com o Presidente Getúlio Vargas – para lhe falar sobre conceitos relativos às coisas e interesses do Brasil, e que o amigo bem conhece, porque desde outubro do ano passado me venho permitindo externar as minhas opiniões a propósito.

O encontro ocorreu ontem (14 de outubro de 1935), e a conversa foi, para o meu ponto de vista, a mais produtiva possível, porque, antes mesmo de poder enunciar qualquer sugestão ou ideia, o Presidente, na maneira clara e franca com que costuma falar comigo, contou alguns episódios antecedentes, para concluir por afirmar o seu pensamento, que é, em realidade, o de dar toda a cooperação ao seu alcance para uma larga formação nacional, a qual chamou mesmo de “conglomerado” de forças políticas e cívicas, enfim, forças vivas nacionais, visando a uma grande reorganização do país, compreendendo os

problemas reputados basilares de natureza financeira, econômica, social e política.

O Presidente Getúlio Vargas – antecipou por tal modo o meu pensamento que não pude deixar de exclamar, e em verdade exclamei: – vejo que estou chovendo no molhado – porque o que pretendia dizer estou ouvindo de antemão da sua boca...

Embora lhe informasse – nem poderia ser de outra maneira – que já havia conversado com o amigo sobre o assunto, e que a sua opinião, como de resto a de todo bom compatriota, se mostrava em princípio favorável a um movimento de coordenação visando à solução dos vitais problemas brasileiros que se estão impondo, a minha iniciativa era absolutamente de caráter pessoal.

Estou no instante – acrescentei – repetindo o mesmo esforço, sem mandato, que havia feito, quando me permiti intervir para dar ajuda à solução da crise paulista, em 1933. E que os sucessos desses trabalhos é que me animavam a esse novo esforço, já agora de caráter genuinamente nacional, porque visava – no meu modo de apreciar – aos interesses gerais do Brasil.

Era, por conseguinte, uma ‘sondagem’, que só caberia ter segmentos, a fim de que os fios fossem pegados pelos tutores dos destinos comuns, se se verificasse nessas ‘pesquisas’ preliminares, que o assunto se poderia desdobrar ultimamente.

Agora, mais do que nunca, estou esperando de que alguma coisa de eficiente poderá resultar de uma iniciativa no assunto, diante do pensamento e

disposição do Presidente, se não do seu desejo, de que se entre em uma era de coordenação e construção. Neste particular, as cogitações do Presidente se revelaram tão extensas, que chegou mesmo a falar em alguma coisa que ultrapassasse o período do seu próprio governo.

Quanto a fórmulas pareceu a nós ambos que seria e é prematuro prefixá-las.

Primeiro, – e assim ficou entendido – se deverão ajustar os pontos de aspirações, visando ao bem do Brasil, capazes de ‘conglomerar’ ou aglutinar as forças de ação política e cívica, para, depois, e objetivando o que houver a fazer, se considerar a máquina necessária à execução do empreendimento combinado.

E quanto a isto o Presidente declarou que estaria disposto a dar toda a colaboração que estivesse no âmbito da sua autoridade.

Por conseguinte, como vê, este primeiro passo foi promissor, e muito mais do que supunha, porque, embora, – e conforme dissera, – tivesse a convicção de que o Presidente, falado em claro sobre o assunto, não trepidaria em prestigiar um movimento de sincronização nacional, o certo é que essa ideia já estava integrada ao seu pensamento, de sorte que, na conversa comigo, se converteu ele em principal animador.

Muito folgo em lhe dar essas notícias, porque, sem dúvida, hão de repercutir agradavelmente no seu preclaro espírito, e satisfazer aos seus ardorosos sentimentos patrióticos.

Façamos, pois, um esforço, em bem do Brasil. e se a tentativa falhar, – e no momento só poderá falhar em relação a mim dado o cunho pessoal das minhas iniciativas, – restar-me-á o consolo – baldo que sou de aspirações políticas, – de haver procurado prestar o que reputava um serviço para a nossa terra.”

Entre o que venho de revelar, e o texto da carta transcrita, poderá parecer, à primeira vista, que existe uma tal ou qual antítese de narrativa, porque dei um cunho pessoal à minha iniciativa, quando referi, que a atuação que tiveram fora o resultado de conversações com as figuras mais destacadas da política nacional. É fácil explicar a aparente divergência. Como se tratasse de uma obra de apaziguamento, e envolvendo as responsabilidades de homens de subida autoridade, no mundo nacional, não desejava que qualquer restrição, porventura, feita pelo Presidente da República, pudesse suscitar pontos de atrito, e, por isso, tomava a dianteira, porque, a minha interveniência se desenvolvia mais na qualidade de amigo, do que, propriamente, na de político.

Valeria por um insucesso de consequências imprevisíveis, qualquer resposta negativa de feitio oficial, que viesse, no momento, do nosso Supremo Magistrado.

Aliás, com o sistema que sempre adotei – com muita frutuosidade – de falar sem reboços ao Sr. Getúlio Vargas, toda vez que o destino nos colocou face a face, para conversar sobre coisas políticas, o havia posto, minuciosamente, ao par da minha atitude, e da avocação que fizera de assumir, nessa fase introdutória, as responsabilidades de todos os ajustamentos, até que o assunto

pudesse, pela concordância comum, ter seguimento entre os verdadeiros guiões da política nacional.

Mas o que resulta do documento que venho de ler, e que guarda o prestígio existencial de dois triênios, é que o Sr. Getúlio Vargas revelava já nesse momento, a preocupação exaltada de dotar o Brasil de uma política larga, extensiva no tempo e no espaço, e que, “conglomerando” – é a sua própria expressão – todas as forças vivas do país, lograsse formar um Estado forte, dentro das fórmulas democráticas, para poder enfrentar, não só o problema da autoridade, eminentemente político, como também, o problema financeiro, o problema econômico, e o problema social brasileiro.

Mas – estou sentindo a pergunta em todos os lábios – porque tendo existido uma coordenação perfeita, e havendo, conforme houve, a franca anuência do Presidente da República, os objetivos a que venho aludindo, não puderam passar do âmbito das aspirações, para o terreno das realidades...

Intervieram aqui os maléficos imponderáveis das coisas políticas...

Achava-se, como se vê, tudo preparado. Havia uma perfeita recepção dos espíritos. O Presidente da República se antecipava à própria iniciativa dos seus antagonistas, e punha a serviço do empreendimento toda a sua boa vontade pessoal e autoridade do seu cargo... No entanto, a tentativa benfazeja fracassou...

Por que?

Um outro documento – e este de 27 de outubro de 1935 – desvendará, no meu modo de ver, o segredo, que orça quase pelo... mistério...

Desde que o Presidente da República se mostrou favorável a essa “conglomerção” de forças nacionais, a ideia teve de sair do círculo limitado das primeiras conversações, e ganhou ampliação, embora sem os sons de uma grande publicidade.

Mas isto bastou para sublevar as ambições, e os movimentos egoístas de defesa, de quantos previam que, numa remodelação nacional, se tornaria mister a abertura de caminhos para a instalação de novos expoentes...

Foi, então, um desencadear de intrigas, tendentes a pôr em xeque a sinceridade do Sr. Getúlio Vargas, a fim de arrefecer a iniciativa dos homens que teriam de declinar de alguma coisa, em benefício da organização em esboço. Sucedeu, portanto, o que haveria fatalmente de acontecer: – um retraimento geral, dado o âmbito de desconfiança que os turbadores, sem capacidade de sentimentos gerais, haviam conseguido estabelecer...

Interferi de novo, num esforço extremo. Pelo que conhecia do Sr. Getúlio Vargas, só podia formar o mais alto juízo da sua fidelidade. Em nem um dos nossos colóquios, durante vários anos, ouvi, em qualquer momento em qualquer passagem, em qualquer instante, uma só frase sua que pudesse ter um sentido subalterno; e por outro lado, jamais se fixaram combinações ou entendimentos por meu intermédio, que não tivessem tido exato cumprimento, e a mais rigorosa execução, por parte do Sr. Getúlio Vargas. E os acontecimentos sobre os quais, não raro, nos foi dado tratar, assumiam várias vezes, o porte da mais alta transcendência.

Entendi, por isso, que era conveniente escrever a uma outra eminente figura paulista, cuja posição, no meio político do momento, poderia permitir uma útil e operante interveniência. Assim, e depois de fazer referência aos confusionismos outrora provocados, para impedir o movimento de integração de São Paulo à órbita do Governo Federal, acrescentei: – “Devemos por conseguinte – (e esta carta tem data de 27 de outubro de 1935) – em bem do Brasil, evitar a todo transe a possibilidade de mal-entendidos dessa natureza.

É, assim, no desejo de cooperar para ser mantido o fator confiança – máxime quanto às intenções e métodos do Presidente Getúlio Vargas, porque isto é condição *sine qua non* de toda e qualquer realização – que venho lhe escrever a presente.

Tive o informe de que se atribuía ao Presidente Getúlio Vargas uma duplicidade de atitude nas conversações que vem entretendo para se tentar um movimento de coordenação das forças vivas do Brasil, no sentido de programar e planificar uma obra de reorganização nacional.

Esse bifrontismo se representaria assim: – pedir aos amigos que vetassem a fórmula Pila; e por outro lado se cultivarem em esperança os partidários dessa fórmula, até que fossem votados os orçamentos, para, então, ser dada a resposta negativa.

Felizmente ‘os fatos’, na sua eterna proteção ao Brasil puseram e estão pondo uma barreira ao curso da informação.

Em verdade, nem uma coisa nem outra deve ter procedência, diante das considerações que me vou permitir expender.

O Presidente convocou, há dias, o Sr. Antônio Carlos, para conversarem sobre a fórmula Pila; e depois lhe pediu que se incumbisse de ouvir os líderes da maioria, a fim de opinarem. O Sr. Antônio Carlos fez as démarches e já na sexta-feira – (25 de outubro de 1935) – na sessão diurna, ainda em plena discussão do orçamento, se entrevistou na Câmara com o Sr. João Neves, e lhe comunicou a iniciativa do Presidente, ajuntando, para logo, que a resposta seria feita em carta, e contrária à adoção da – Fórmula Pila – por eiva de inconstitucionalidade.

Por aí se vê que o Presidente, mais uma vez, poderia ter sido mal julgado, se a incidência generosa dos próprios acontecimentos não o tivesse resguardado.

Acresce que jamais o Presidente, nas conversas comigo, teve qualquer deslize que pudesse autorizar um juízo mau sobre os seus propósitos. Também não insinuou que devesse tomar esta ou aquela atitude. Sempre se manteve em respeito à consciência de cada um. E quando fala e inquire quer exatamente saber a opinião dos seus amigos, para ajuizar das condições do momento, a fim de poder resolver com acerto. Em bem do Presidente, e segurança da sua ação, os amigos, que estão em contato com as coisas, é que devem dizer o que pensam a fim de que possa ele armar a equação política, e prover sobre a solução exata dos problemas do Estado. É o general que precisa ser informado lealmente das

condições do campo, dos elementos, e do espírito da sua gente, para poder encaminhar com eficiência e sabedoria os planos de comando.

O que ocorre comigo sei que também sucede com o major Carneiro de Mendonça.

Como, pois, poder supor que com os outros se desdobrem diferentemente os acontecimentos?

Ademais, haveria na 'recomendação' uma tal ou qual diminuição dos homens, e não parece curial que o Presidente Getúlio Vargas, já afeito à mentalidade criada pela Revolução de 1930, quisesse subalternizar os seus amigos, de cuja força precisa e deve tirar o prestígio do seu governo.

Nós todos, hoje, somos unidade, onde quer que estejamos. A nossa colaboração há de ser dada com o sentimento da consciência das responsabilidades próprias. E se contém nesta afirmativa a negação do método de receber 'recados de cima' para que se definam as atitudes.

Ninguém pode duvidar, acredito, da minha sinceridade no apoio que venho dando ao Presidente Getúlio Vargas. Isto não tem, todavia, impedido de revelar, por vezes, a minha divergência, em atinência a determinados atos políticos e administrativos do governo. Mas tal conduta é tão clara, tão lógica, tão natural, dentro do espírito novo implantado a partir de 1930, que na última conversa com o Presidente pude falar sobre essa liberdade que costumo me atribuir, contando-lhe até que, pela emancipação dos meus pronunciamentos, os oposicionistas faziam o chiste de me chamar – 'oposicionista honorário'.

Vê, por conseguinte, que os tempos mudaram, e que, se os homens não querem aproveitar essa mudança dos tempos, a culpa não será destes, e sim daqueles”.

Tudo foi baldado, tudo foi em vão... Nem a própria autoridade do Sr. Getúlio Vargas pode, naquele momento, abrir caminho pela boa senda... Os maus elementos, com os seus processos bastardos, puderam triunfar... E enfraquecido como ficou o centro democrático, explodiu para logo o movimento de outubro de 1935... Foi o primeiro efeito – quero crer – da má política – que sob a alta tutela do Sr. Getúlio Vargas, se havia tentado corrigir, de desagregação mental e espiritual do Brasil...

Senhores

É mui difícil fazer um discurso a propósito de um homem que se acha investido da função eminentíssima de Chefe do Estado... Todo o louvor, pode ser considerado como prática censurável de aulicismo... Daí a preocupação deliberada que tive de apoiar as minhas palavras, em documentos datados de mais de um lustro, e que se destinando conforme se destinavam, a outros objetivos, que não os de elogios, hão de, por força, emprestar um timbre de lisura às minhas palavras exaltadoras das qualidades do Sr. Getúlio Vargas. E chegando a este final, posso dizer que – mais do que as conceituações feitas – os méritos do homenageado de hoje emergem dos atos que o destino me permitiu poder fixar em papeis, que, fadados ao recolhimento de arquivos particulares, onde pararam durante meio decênio, deveram, por força dos acontecimentos,

deixar esse abrigo escuro, para se revelarem à luz da apreciação histórica da nossa vida política.

#####

O orador seguinte foi Hahnemann Guimarães (1901-1980), um jurista fluminense, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Atuou como advogado e professor de latim no Colégio Pedro II, tornando-se livre docente de direito romano na Faculdade em que estudou, passando depois a catedrático de direito civil na mesma instituição. Em 1941 foi nomeado consultor-geral da República e, já ao final do Estado Novo, foi designado pelo governo para compor uma comissão voltada a elaborar uma nova legislação eleitoral. Após o encerramento da ditadura, manteve-se como integrante do Judiciário na esfera federal¹⁶. Em sua fala, o palestrante reforçava o ideal estadonovista de oposição aos modelos liberais, com a defesa dos regimes que propunham a concentração de poderes. Além disso, enfatizava a necessidade da primazia do espírito unitário sobre o do federalismo, elogiando a estrutura implantada em novembro de 1937. Houve também um cuidado especial em enfatizar a execução da legislação trabalhista realizada pela administração pós-

¹⁶ PECHMAN, Robert. Hahnemann Guimarães. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. 3, p. 2694-2695.

1930. Quanto a Getúlio Vargas, o discurso realçava “o valor inexcedível da política realizada” pelo Presidente, que teria realizado “uma gigantesca obra política”, de “imensa repercussão moral”, constituindo “uma reforma completa dos costumes”. Ao final, o discursista, em tom de conclamação, declarava que “aos brasileiros resta apenas empenhar todos os seus esforços em colaborar com o Presidente Getúlio Vargas em sua magnífica obra, que, sendo genuinamente brasileira, é profundamente humana”.

#####

Discurso do Prof. Hahnemann Guimarães

Meus Senhores:

As paixões sempre desencadeadas pelas grandes mudanças políticas não permitem que a obra de um estadista seja apreciada com justiça pelos seus contemporâneos. Engrandecem-na, com exagero, seus partidários, enquanto outros a combatem intransigentemente, negando-se a reconhecer até os benefícios indiscutíveis. Só a posteridade, recolhendo os proveitos que a obra do estadista deixou, pode medir-lhe o valor exato. Estas considerações detiveram-me, ao receber de Pedro Vergara, que sempre dedica sua inteligência e atividade a boas causas, o convite para falar nesta comemoração do aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas. Certifiquei-me, porém, de que se podem vencer as paixões, prevendo-se o juízo da posteridade através do conhecimento do passado.

São as tradições que determinam o futuro. É sempre grandiosa a obra do estadista quando ela abre o caminho para as tendências reveladas na história de um povo, sem perder, entretanto, o contato com o passado. Vencendo as forças retrógradas, o estadista não leva a revolução além do que permite o desenvolvimento histórico. Só as revoluções conservadoras trazem grandes benefícios. Só elas operam verdadeiras renovações, pois, observava Goethe, só é eternamente novo o que se forma pelo desenvolvimento do passado. O valor inexcedível da política realizada pelo Presidente Getúlio Vargas está em que ela

tornou possível a mais completa e a mais conservadora revolução por que tem passado o Brasil.

A Revolução de 1930 pôs o estadista diante da crise mais grave em que já se encontrou o país. O surto de inclinações manifestadas com violência, às vezes, era impedido pelas instituições vigentes. O contraste entre o Estado e a sociedade agravava-se mais que nas crises anteriores. Considerando-se apenas as mais decisivas dos destinos nacionais, percebe-se que não tiveram a complexidade da crise terminada com a Revolução de 1930. A primeira surgiu com o movimento separatista brasileiro e debelou-se com a obtenção da soberania. A segunda foi provocada pelos excessos da centralização do governo e pela oposição à Monarquia. A proclamação da República Federativa resolveu-a. A terceira, porém, exigiu radical alteração da estrutura do governo e nas relações sociais. Não foi uma crise peculiar à nação brasileira, mas a crise em que se vem debatendo por toda a parte a sociedade moderna.

A sociedade moderna não encontrou até aqui a estabilidade. Tem-lhe faltado governo, tornando-se, assim, impossível a cooperação social. É uma sociedade de lutas permanentes, anárquica. O dogma da divisão dos poderes, formulado para a defesa das liberdades individuais contra o absolutismo dos reis, privou o governo da unidade necessária e constituiu o elemento mais eficaz de desordem. Esta divisão dos poderes veio proteger, porém, os que se haviam assenhorado das riquezas. O enfraquecimento do governo permite-lhes satisfazer livremente as ambições desmedidas, à custa da maioria, privada das condições elementares para vida, apesar de contribuir com toda a força de seu

trabalho para a obtenção ou a transformação das riquezas. Sem um governo eficaz, tem a sociedade moderna vivido à mercê dos interesses contraditórios, convulsionada intermitentemente pelas guerras e pelas revoluções. Sente-se a necessidade generalizada de um governo que tenha unidade e possa reduzir as iniciativas individuais aos limites que o aperfeiçoamento humano exige.

Este aspecto era também o do Brasil até 1930. O governo estava sob a direção dos indivíduos que, prevalecendo-se da desordem, conservavam em seu poder os recursos econômicos fundamentais. Se o Presidente da República pretendesse sobrepor-se a esta direção, o Congresso açulava a opinião pública, incendiava com a demagogia delirante as consciências, provocava os motins. Se o Congresso prestigiava o Presidente da República, o Poder Judiciário fulminava com a declaração de inconstitucionalidade os atos presidenciais, entrava em conflito com o Poder Executivo. Embora devessem proceder harmonicamente, os detentores dos poderes diversos disputavam entre si a primazia. O estado de sítio era o paliativo, cujos efeitos cessavam com maior intensidade do mal-estar.

Nesta desordem, o trabalhador não conseguia fazer-se ouvir. A sua força era consumida no trabalho incessante, sem horário, sem um salário que atendesse às necessidades mínimas, sem o amparo generalizado para a invalidez e a velhice. Para a reparação dos acidentes havia um regime precário. A máquina exigiu menor capacidade, permitindo que o homem pudesse ser substituído por mulheres e crianças, a cujos trabalhos não se impunham praticamente restrições. Se o trabalhador, cedendo muitas vezes a líderes ambiciosos e perversos, se atirava ao movimento rebelde, esmagava-o a força. O

governo era, assim, bastante fraco para não se insurgir contra os senhores das riquezas materiais, e bastante forte para sufocar os protestos dos que se opunham a tais senhores.

O Governo Provisório de 1930 recuperou, desde logo, a preponderância na direção do país, colocando-se acima de interesses particulares. Pôde, assim, empreender com energia a abolição do salariado desumano, dando ao trabalhador a dignidade que lhe era recusada. Em poucos anos, a Revolução havia produzido suas principais consequências. Transformou-se completamente o aspecto da sociedade. o trabalhador passou a ter assegurado o seu repouso, limitando-se a duração do trabalho e generalizando-se as férias. Regulou-se o trabalho das mulheres e dos menores. A previdência contra a enfermidade, a velhice e a invalidez abrangeu número sempre crescente de empregados. Tornou-se eficaz a proteção do trabalhador através da fiscalização constante, da organização sindical e das juntas incumbidas de apreciar os conflitos entre patrões e empregados. A liberdade contratual, somente conhecida pela parte mais poderosa, teve de ceder diante das convenções coletivas de trabalho. Esta obra, intensamente humana e que realizava os anseios manifestos da sociedade, não comoveu, entretanto, os homens que se haviam habituado a dispor do governo. Provocam um momento revolucionário, a que são arrastados, pela propaganda hábil, muitas consciências honestas. Segue-se a Constituição de 1934, que, aceitando a grande obra realizada, em menos de quatro anos, pelo Presidente Getúlio Vargas, restaura o dogma da tripartição dos poderes para enfraquecer o governo e trazê-lo de novo à

obediência dos que o dirigiam antes de outubro de 1930. A metafísica demagógica, através da agitação eleitoral, volta às tribunas.

Este acontecimento na obra do Presidente Getúlio Vargas serviu para que ele desse a melhor prova das suas qualidades de estadista, que, conhecendo o problema brasileiro em toda a sua plenitude, soube dominar a revolta que naturalmente deveriam provocar em seu espírito as soluções errôneas adotadas pela Constituição de 1934. Se quisesse corrigir desde logo o erro, os inimigos da ordem se aproveitariam da situação para saciar os apetites e comprometer mais fortemente a obra de renovação já realizada. Soube esperar, até que o país sentisse a incompatibilidade entre o regime de 1934 e a marcha que lhe impunha o passado. depois que a agitação política alimentada pela demagogia, explodira em um movimento armado e ameaçava provocar outros, o Presidente Getúlio Vargas afrontou corajosamente as forças da desordem, restabelecendo, em 10 de novembro de 1937, a unidade do governo, sem a qual não se poderá por termo à crise da sociedade moderna, que reclama uma direção segura. Desmantelou-se o mito da divisão dos poderes, concentrando-se todos os órgãos do governo na realização da política definida pela autoridade suprema do Estado, o Presidente da República. Desapareceram, deste modo, a causa para que se prolongasse a desordem em uma sociedade que já resolvera, em grande parte, o problema fundamental de que decorria a luta de classes.

A unidade do governo impunha no Brasil o estabelecimento de maior coordenação entre os governos locais e o federal. A Federação estava-se transformando em causa do enfraquecimento da nacionalidade. Nas unidades

que, pelas suas deploráveis condições financeiras não viviam dependentes do governo central, formava-se sentimento contrário ao da nacionalidade brasileira, surgiam as veleidades separatistas. A Nação que, mantendo-se coesa, pode guardar o território vasto, propendia para o fracionamento, oferecendo presas fáceis à conquista. A Federação é essencial ao progresso do país, mas acima da Federação está a unidade nacional, que significa unidade de governo. É certo que a todas as regiões do país deve estar assegurado o mais completo desenvolvimento, o que só é possível através de uma coordenação perfeita entre os interesses regionais. O Império não conseguiu realizar essa coordenação, mas assegurou a unidade do país, o que é primordial. A República, estabelecendo a Federação, não criou garantias idôneas da coordenação e fortaleceu os regionalismos estreitos, que chegaram até a sobrepujar o amor pela Pátria brasileira. A Constituição de 1937 eliminou, definitivamente, todas as causas das tendências separatistas, não só pela preponderância conferida ao Presidente da República, supremo direto da política interna e externa, como pelos deveres impostos aos governos locais.

Resolveu-se, deste modo, no Brasil, muito mais cedo que em outros países, a grande crise que ainda aflige, depois de sofrimento secular, a sociedade moderna, crise resultante da falta de governo, com a decorrente luta de interesses. Ao mesmo tempo em que desapareceram as competições entre os detentores das riquezas, empolgados por uma insaciável avidez de lucro, foram estabelecidas as condições para que os bens materiais sejam aproveitados para o benefício geral. Acima dos caprichos individuais está a direção corporativa;

estão os limites impostos às aventuras e aos abusos que a paixão de lucro inspira. As lutas provocadas pela concorrência devem ceder à cooperação social.

Realizou o Presidente Getúlio Vargas uma gigantesca obra política. Quem a apreciar de boa fé sentirá a sua imensa repercussão moral. É obra que prepara uma reforma completa dos costumes, cerceando as inclinações menos favoráveis ao bem comum. Aqueles que outrora não sentiam freios na cobiça e, até com brutalidade, davam expansão ao seu egoísmo, clamarão talvez porque lhes esteja sendo cerceada a liberdade. É que exerciam a liberdade de fazer o mal. Perderam-na completamente. Só há liberdade para os que trabalham pelo bem estar comum. Estes têm, com certeza, todas as liberdades. Não há liberdade para os que se obstinam em exercer atividades negativas, demolidoras. Já passou a época da crítica negativa. Trata-se agora de construir.

O Brasil pode felicitar-se por ter encontrado a tempo o estadista que o libertou, com energia e prudência, das perturbações que, na maior parte da terra, torturavam os homens. A Revolução iniciada em 1930 lançou, definitivamente, em 1937, os fundamentos da sociedade do futuro e já empreendeu a edificação. Aos brasileiros resta apenas empenhar todos os seus esforços em colaborar com o Presidente Getúlio Vargas em sua magnífica obra, que, sendo genuinamente brasileira, é profundamente humana.

#####

A última fala da sessão solene promovida pelo Instituto Nacional de Ciência Política foi proferida por Romão Cortes de Lacerda, sobre o qual as informações disponíveis são raras, com a certeza de que executou carreira jurídica. Atuou como desembargador e tornou-se Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, tendo fundado, no Rio de Janeiro, em 1958, uma Associação de Magistrados. Publicou, junto de Nelson Hungria, o livro *Comentários ao Código Penal*, em 1959. Além disso, deu nome a uma rua da cidade do Rio de Janeiro. Sua explanação foi bastante breve e concentrou-se na mobilização da intelectualidade em torno do apoio ao regime estado-novista, propondo “que as inteligências brasileiras sirvam à reconstrução nacional”, a qual fora empreendida por “um chefe da têmpera e da coragem do homenageado” naquele dia 19 de abril.

#####

Discurso do Dr. Romão Cortes de Lacerda

Nossa presença nesta tribuna encontra explicação no desejo de participar o Ministério Público da Capital Federal e do Território do Acre na significativa homenagem que o Instituto Nacional de Ciência Política tributa à pessoa do eminente Chefe do Governo, Presidente Getúlio Vargas, na data de seu natalício.

Significativa, dizemos, não como simples adjetivo, mas, porque partida de uma congregação de intelectuais que os intuitos sinceros dos fundadores do Instituto souberam associar em torno da obra do Presidente Vargas, para o trabalho, e para o serviço do Brasil. Consecução grandiosa e realmente admirável esta – de reunir inteligências no combate por uma causa. – A ideia é sempre livre e o excesso de liberdade, que lhe é inerente, leva em si mesmo a tendência para a dispersão. A ideia é também força, que move o mundo. Destrói, quando separa, mas, quando ajunta, é poder redobrado.

Profundo pensador, de pouco desaparecido, concluíra que a inteligência é faculdade, é instrumento, para servir. Inteligência sem finalidade humana não é juízo, mas, tesouro. Nenhum instrumento pode achar em si mesmo o seu destino; nenhuma razão há que o abuso não leve à ruína, desvirtuando-a na esterilidade da crítica, ou confinando-a no estreito horizonte dos interesses pessoais. O juízo do simples aplicado ao mais pequeno serviço vale mais que um talento frenético na cola de uma ambição. – Congregar a intelectualidade em torno de uma obra, – este o esforço, já tão auspiciosamente iniciado por esta

associação: conseguir que as inteligências brasileiras sirvam à reconstrução nacional, que um chefe da têmpera e da coragem do homenageado de hoje soube empreender.

Como não confiar na inteligência do grande homem público, toda compreensão, equilíbrio, discernimento, prudência, moderação?

Compreensão, para reintegrar o Brasil no rumo da sua História e do sentimento político nacional; – equilíbrio para, na ordem interna, repartir com equanimidade os bens, pedindo, apenas “um pouco de modéstia aos mais felizes” com que trazer muito de “ventura aos mais humildes”; – moderação para ensinar-nos a amar o que temos enquanto não conseguimos ter o que desejamos; – prudência e discernimento no considerar e distinguir, nas relações de ordem externa, numa época tumultuosa e difícil, para a vida da humanidade, o interesse maior do país, para, com atenção nele, proceder com a segurança e o comedimento necessários.

Essa inteligência é razão. E, quando esta razão tem a seu serviço uma vontade que é coragem no promover o bem comum e firmeza no vencer os obstáculos que se lhe antepõem, muito não há em que em torno se lhe congreguem as outras, para servir, quanto ela serve, à Nação, para empreender, quanto ela empreende, pela nossa renovação moral e política.

Eis por que nos é particularmente grato desempenhar a incumbência que nos conferiu o Ministério Público de saudar a pessoa do eminente Chefe de

Estado, a fim de significar que não só por dever, mas, por patriótico entusiasmo, seus membros se solidarizam nessa colaboração na obra do seu governo.

**O ANIVERSÁRIO DE VARGAS EM
ALGUMAS DAS REVISTAS DO RIO DE
JANEIRO**

Ao longo dos anos 1930, as revistas conquistaram ainda maior relevância em meio ao conjunto da imprensa periódica brasileira. Trazendo um estilo e um norte editorial diferenciado em relação ao formato tradicional dos jornais, esse tipo de publicação buscava conquistar o público com um modelo redacional diferenciado, normalmente guiado por textos menos extensos, mais objetivos e diretos e pelo uso, normalmente em larga escala, de material iconográfico¹⁷. Levando em conta que o regime autoritário estado-novista controlava fortemente as atividades jornalísticas, tal prática coercitiva também se destinava às revistas, muitas das quais tiveram de aderir ao ufanismo personalista nas comemorações do aniversário do Presidente. Este estudo apresenta uma brevíssima amostragem de tal realidade, levando em conta algumas revistas publicadas no Rio de Janeiro.

¹⁷ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.; LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.; LUCA, Tania Regina de. Tipologia de revistas no Brasil das primeiras décadas do século XX. In: MELO, Ana Amélia M. C. de. & OLIVEIRA, Irenísia Torres de. *Aproximações cultura e política*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.; MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.; MAUAD, Ana Maria. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.; e SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

Durante o Estado Novo, “os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas”, além do que, “60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional”, havendo “íntima relação entre censura e propaganda”. Nessa linha, “as atividades de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado”. Desse modo, “a imprensa desempenhou as tarefas que lhe foram atribuídas sem nenhuma independência”. Alguns jornais chegaram a ser expropriados, transformando-se nos “principais órgãos de propaganda do regime”. Tal controle sobre a imprensa “deu-se não apenas através da censura, mas também de pressões de ordem política e financeira”, bem como por meio da “cooptação dos jornalistas”, que ocorreria “através das pressões oficiais, mas também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo”. Assim, “foram raríssimos os jornais empresariais que não se deixaram corromper pelas verbas e favores oferecidos pelo governo”, pois, se “por um lado, o autoritarismo do Estado Novo explica a adesão e o silêncio de jornalistas; por outro, não se pode deixar de considerar que a política conciliatória de Getúlio Vargas”, vinculada “à troca de favores, também surtiu efeito entre os homens de imprensa”¹⁸. Daí a adesão em geral das revistas do Rio de Janeiro ao espírito comemorativo e de exaltação daquele 19 de abril de 1941.

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 175.

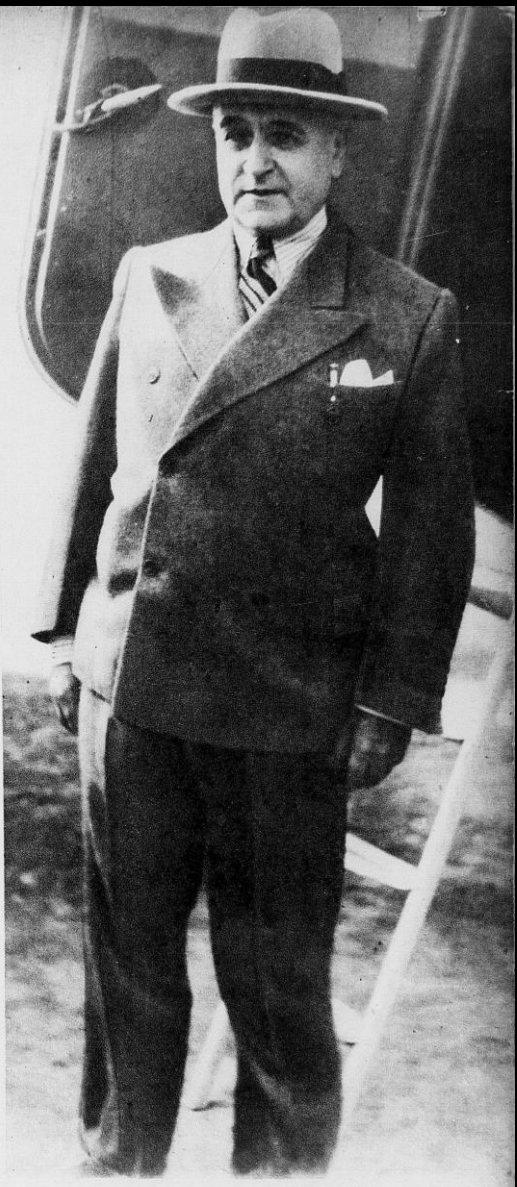
O periódico *Carioca* apresentava-se como uma “revista moderna, leve, ágil”, que preferia “fugir à velha praxe e conversar com o leitor”, em uma “conversa que será continuada todas as semanas, sobre os acontecimentos que se forem desenrolando no Brasil e no mundo”. Propunha-se a ser “um espelho da vida da cidade e do país, focalizando, através de notas e reportagens gráficas, tudo quanto possa interessar, sobretudo ao público feminino e à juventude”. A publicação anunciava que seu texto seria composto por “esportes, rádio, cinema, novelas e contos, turismo, curiosidades, divulgação científica e didática, sob forma nova, além de ampla seção de modas e assuntos femininos”¹⁹. Especificamente quanto ao natalício presidencial referente ao ano de 1941, a revista apresentava a manchete “O aniversário do Presidente Getúlio Vargas”, estampando uma fotografia de corpo inteiro do personagem em pauta, ao descer de um veículo. O texto alusivo era breve e pretendia assumir a voz do conjunto da população brasileira, dizendo que, “na passagem de mais um aniversário do Presidente, o povo brasileiro prestará hoje ao eminente chefe da nação as maiores homenagens e demonstrações outras de alto apreço e grande consideração”²⁰.

¹⁹ CARIOCA. Rio de Janeiro, 10 out. 1935.

²⁰ CARIOCA. Rio de Janeiro, 19 abr. 1941.

○
aniversario
do
Presidente
Getulio
Vargas

Na passagem de mais um aniversario do presidente Getulio Vargas, o povo brasileiro prestará hoje ao eminente chefe da nação as maiores homenagens e demonstrações outras de alto apreço e grande consideração.



Uma tradicional revista da época, intitulada *Fon-Fon*, definiu-se em seu frontispício original como um “semanário alegre, político, crítico e esfuziante”, além de apresentar-se como um periódico “ágil e leve”, que pretendia “fazer rir, alegrar a boa alma carinhosa” do “amado povo brasileiro, com a pilhéria fina e a troça educada, com a glosa inofensiva e gaiata dos velhos hábitos e dos velhos costumes, com o comentário leve às coisas da atualidade”. O título da revista era referência a uma sirene, que seria apertada diante do debate dos diferenciados temas²¹. A 19 de abril de 1941, *Fon-Fon* publicava matéria denominada “O Dia do Presidente”, na qual ressaltava que, “no quadro social e político da atualidade brasileira, a figura do Presidente Getúlio Vargas esplende e projeta-se, serena e inconfundível nos seus traços vigorosos e marcantes”, levando em frente, diante da “alma nacional, um admirável espírito de fé e de trabalho”. Vargas era elogiado como o estadista que “melhor compreendeu os objetivos” de um “imperativo de dever cívico”, sendo destacado também como portador de uma “clarividência impressionante”, um “superior conhecimento pessoal dos fatos e das coisas”, um “vivo sentimento de patriotismo” e qualificado como “o missionário máximo da obra ingente de integrar o Brasil no sentido real, exato, preciso da sua marcha, segura e firme, para a posição excepcional que lhe está reservada no mundo”²².

O Dia do Presidente era encarado como uma oportunidade para que os brasileiros manifestassem “estima, simpatia e melhor apreço” pelo “eminente e

²¹ FON-FON. Rio de Janeiro, 13 abr. 1907.

²² FON-FON. Rio de Janeiro, 19 abr. 1941.

singular estadista que tanto se tem sabido impor à admiração, ao respeito e à consideração dos seus patrícios”. A atuação de Vargas era exaltada desde a Revolução de 1930 até a chegada do Estado Novo, quando o país teria retomado “o ritmo intenso e profundo da sua expansão material, social e espiritual”, saindo da “quase estagnação” do período pré-1930, para buscar “suas enormes possibilidades” na época posterior. Em síntese, a revista considerava que nos setores “político, econômico, social e administrativo”, a atuação presidencial “se tem caracterizado pela sua intensidade e finalidade construtiva, consagrando uma verdadeira e esclarecida obra de bem público, sempre orientada e dirigida no sentido de um Brasil uno, forte e respeitado”. Em conclusão, a matéria apresentava um “generoso e forte Brasil, em construção, sob a égide do Estado Novo e as patrióticas inspirações do seu grande Presidente”. A matéria seria complementada pela efígie de Vargas estampada em página inteira, com a afirmação de que aquela “figura do mais destacado relevo no panorama da vida política e social da Nação” estaria a merecer “significativas manifestações de expressivo apreço e consideração”, bem como o “espontâneo penhor da estima pública e da consagração nacional”²³.

²³ FON-FON. Rio de Janeiro, 19 abr. 1941.



EM todo o país será, hoje, festivamente comemorada a data natalícia do presidente Getúlio Vargas. Figura do mais destacado relevo no panorama da vida política e social da Nação, o eminente Chefe de Estado terá, nas significativas manifestações de expressivo apreço e consideração que lhe serão tributadas o mais seguro e espontâneo penhor da estima pública e da consagração nacional á serena e esclarecida obra de governo que vem realizando em bem do Brasil e do seu povo.

FON - FON

19 - 4 - 1941

— 27 —

O *Jornal das Moças*, ao ser criado, dizia que buscava ir além das propostas de outras “revistas ilustradas”, que se concentravam em fotografias, modas, literatura e humor, pretendendo “se preocupar com o cultivo de espírito” das “gentis patrícias em outros ramos dos conhecimentos humanos”. Nesse sentido, sua intenção era a de “cultivar, ilustrando, e ao mesmo tempo deleitando o espírito encantador da mulher brasileira”, a quem a publicação seria dedicada, sendo esse, “senão único escopo, pelo menos a sua mais viva e mais ardente preocupação”. Intentava assim “levar ao lar das famílias patrícias, a graça, o humor, a música, o canto, os brincos e contos infantis, a moda, o romance, a nota mundana, os conhecimentos úteis”²⁴. No que tange ao aniversário de Vargas, o *Jornal das Moças* trazia a efígie autografada do personagem, portando a faixa presidencial. De acordo com a publicação, naquela oportunidade, preparava-se “a nação inteira para render as mais eloquentes homenagens ao Presidente”, ressaltando a “obra restauradora do Estado Novo, à frente do qual se mostrou o maior condutor da nacionalidade em todos os tempos”, ao dar “ao Brasil o sentimento e a consciência de si mesmo”. O periódico associava-se, “com grande júbilo” às “excepcionais homenagens prestadas pelo país inteiro ao chefe da nação”²⁵.

²⁴ JORNAL DAS MOÇAS. Rio de Janeiro, 21 maio 1914.

²⁵ JORNAL DAS MOÇAS. Rio de Janeiro, 17 abr. 1941.



**PRESIDENTE
GETULIO
VARGAS**

Prepara-se a nação inteira para render, depois de amanhã, as mais eloquentes homenagens ao presidente Getúlio Vargas, assim comemorando o transcurso do seu aniversário natalício. O maior e melhor elogio do Sr. Getúlio Vargas se argue espontâneo da própria obra restauradora do Estado Novo, à frente da qual S. Ex. se mostrou o maior condutor da nossa nacionalidade em todos os tempos, dando ao Brasil o sentimento e a consciência de si mesmo. Excepcionais, portanto, serão as homenagens prestadas pelo país inteiro ao chefe da nação no seu natalício, e às quais, desde já, se associa "Jornal das Moças", com grande júbilo.

17 - 4 - 1941

JORNAL DAS MOÇAS

— 19 —

A *Reação Brasileira* se definia como uma revista de “pregação nacionalista”, na qual os brasileiros iriam encontrar-se “com o mesmo ânimo, a mesma fé nos altos destinos da nacionalidade”. Dizia que seu objetivo estava “resumido e expresso no próprio título”, desejando “um Brasil grande e forte, dentro do Estado Novo, defendido por uma política de militarização de suas forças, nas bases reclamadas pelos perigos que se agrupam cada vez mais em torno das nações desprevenidas”, pretendendo cumprir “um imperativo ditado pela consciência nacionalista”²⁶. Em abril de 1941, a publicação já trazia a homenagem na capa, ao mostrar três gerações dos Vargas, com a fotografia do Presidente acompanhado do filho e do neto. No interior da revista aparecia um conjunto de fotografias intitulado “Um Dia do Presidente Vargas”, com a presença do mesmo em cenários diferentes, como ao jogar golfe, passar em frente de tropas perfiladas, dialogando com seus sectários, dirigindo, conversando com um escoteiro e posando junto de várias crianças. Além disso, foi editada também a matéria “O aniversário do guia do Brasil”, que considerava o 19 de abril como um dia de “grande significação cívica”, ao representar “para os brasileiros uma data jubilosa” e sugerir “reflexões patrióticas”, uma vez que assinalava “o aniversário natalício do construtor do Brasil Novo, do governante esclarecido que transformou a própria fisionomia da vida nacional”, a partir de “uma orientação segura” e de “um rumo certo”²⁷.

²⁶ REAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, maio 1939.

²⁷ REAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 15 abr. 1941.

Ainda na homenagem panegírica, a *Reação Brasileira* exaltava os “feitos” de Vargas em vários campos da vida nacional, ressaltando que, “do Amazonas aos pampas”, não haveria “um brasileiro cujo coração não pulse de júbilo ao ensejo dessa efeméride nacional” e que “não se orgulhe dos imensos benefícios que o Brasil conquistou desde que o Presidente assumiu o governo”. O tom personalista e de mitificação ficava expresso na exortação pela qual os brasileiros deveriam elevar “a Deus seu pensamento, pedindo para que conserve na direção dos nossos destinos, por muitos anos ainda, o Homem Providencial” que teria arrancado “o país da bancarrota, do caciquismo político, das humilhações impostas pela finança internacional, da intoxicação das ideologias exóticas, do perigo” que arrastava o Brasil “para a desagregação e para a perda dos direitos de nação soberana”. A revista apelava para que os brasileiros compreendessem “em toda a sua extensão a obra ciclópica e nacionalista realizada pelo Presidente”, não recusando por “um minuto sequer, seu apoio incondicional aos esforços enormes que o estadista número um do Novo Mundo desenvolve para conservar o Brasil distante da fogueira gigantesca que envolveu a Europa e que ameaça alastrar-se”. Ao concluir, a publicação dizia que Vargas desejava uma “juventude adestrada no trabalho do engrandecimento do Brasil e na sua defesa”, encerrando assim a narração acerca da “personalidade do nosso guia”²⁸.

²⁸ REAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 15 abr. 1941.



Um Dia do Presidente Vargas



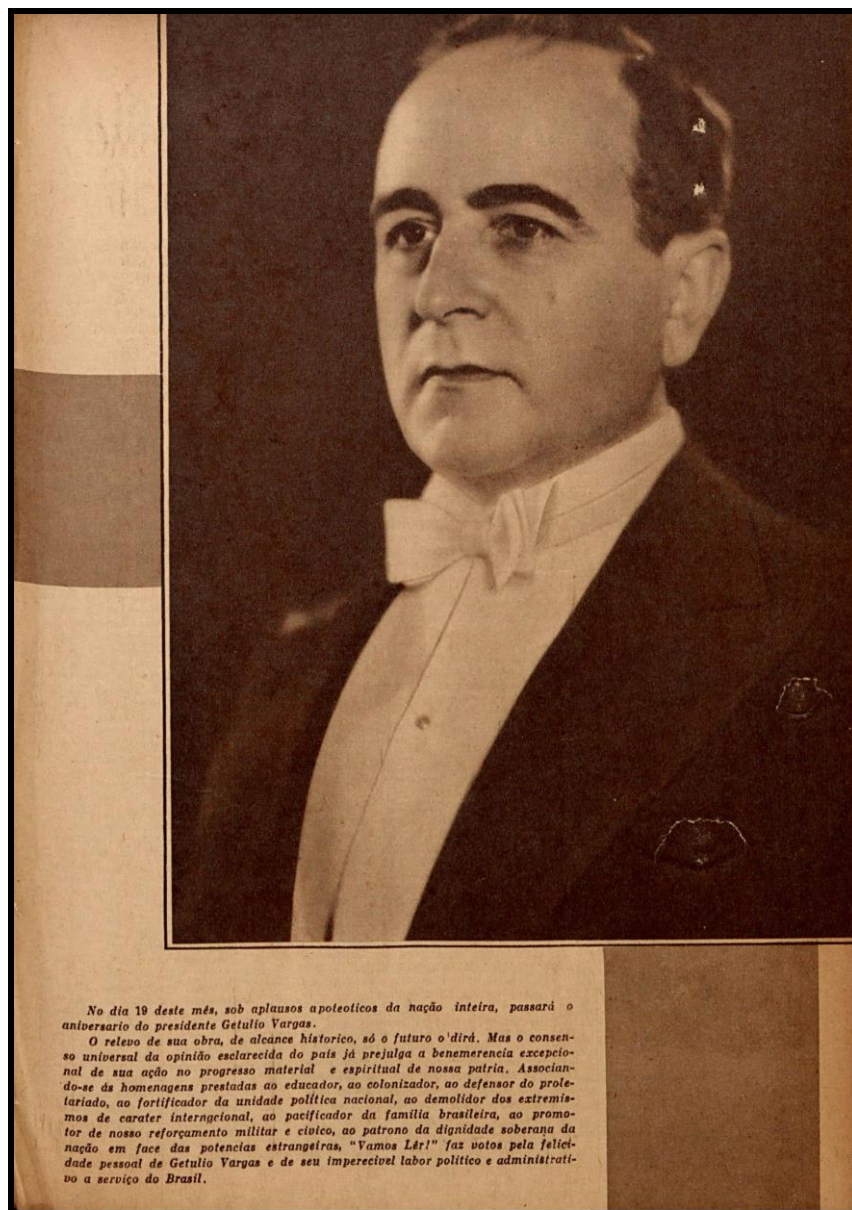
Outra revista que circulava no Rio de Janeiro na época era *Vamos Ler!*, cujo objetivo era “dar ao público a melhor, a mais opulenta e mais variada leitura”²⁹. A publicação se apresentava “como um ‘convite permanente à leitura’, preocupada em fornecer uma diversidade de temas a fim de entreter seu público e, especialmente, contribuir para ‘a educação da Juventude Brasileira’”. Tal edição, “além de literatura brasileira e estrangeira, publicava sobre política nacional e internacional, moda, cinema, assistência médica, psicologia, psicanálise, antropologia física, quiromancia, matemática”, bem como passatempos, “discussões pedagógicas e educacionais”, além de premiar “leitores em concursos culturais, como fantasias carnavalescas e contos”³⁰. No natalício de Vargas, em 1941, a publicação trouxe a efígie do Presidente ocupando praticamente toda uma página, acompanhada por breve texto, segundo o qual, aquela data mereceria “aplausos apoteóticos da nação inteira”. Previa que o futuro viria a reconhecer “o relevo da sua obra, de alcance histórico” e ressaltava que “o consenso universal da opinião pública esclarecida do país” já prejulgara “a benemerência excepcional de sua ação no progresso material e espiritual de nossa pátria”. *Vamos Ler!* fazia “votos pela felicidade pessoal de Getúlio Vargas e de seu imperecível labor político e administrativo a serviço do Brasil”, ressaltando como epítetos para o Presidente: o “educador”, o “colonizador”, o “defensor do proletariado”, o “fortificador da unidade política

²⁹ VAMOS LER!. Rio de Janeiro, 5 ago. 1937.

³⁰ CARVALHO, Carolina da Costa de. Uma leitura de gênero: representações de normalidade na revista *Vamos Ler!*, 1936-1948. In: *História, Ciências, Saúde* – Mangueiras, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.830.

nacional”, o “demolidor dos extremismos de caráter internacional”, o “pacificador da família brasileira”, o “promotor de nosso reforçamento militar e cívico” e o “patrono da dignidade soberana da nação em face das potências estrangeiras”³¹.

³¹ VAMOS LER!. Rio de Janeiro, 17 abr. 1941.



A *Vida Carioca* surgiu como “um combatente predisposto a fazer algo em proveito da sociedade onde convive”, visando ao “levantamento moral e intelectual de um povo que tende a melhorar sempre e nos elevar aos olhos estranhos”. Voltada a observar o “meio literário, político, comercial e mundano”, a revista dizia destinar-se “a defender os interesses da Pátria, com ardor cívico e sem desfalecimentos”. Declarava ainda que, como “publicação moderna, de feição independente”, traria em “suas colunas boa, variada e completa colaboração literária”, buscando satisfazer um “fino paladar intelectual”³². Sob o título “O aniversário do Presidente Getúlio”, a *Vida Carioca*, na primeira página, estampava o retrato de Vargas, acompanhado de uma coluna, na qual o governo de tal político era definido como “dedicado à solução de todos os problemas nacionais e aos interesses de todas as classes sociais”. O 19 de abril era apontado como “uma data que interessa a todos os bons brasileiros”, que prezavam “a saúde pessoal” do “grande patricio, como necessidade essencial ao desdobramento do grandioso plano de empreendimentos posto em execução para a prosperidade do Brasil”. A revista dizia aplaudir “com justiça os atos felizes do governo” e se associava “ao júbilo nacional” pela data, enviando “suas respeitosas congratulações e seus sinceros votos de vida longa”³³.

³² VIDA CARIOCA. Rio de Janeiro, 6 jan. 1921.

³³ VIDA CARIOCA. Rio de Janeiro, abr. 1941.

VIDA CARIOCA

MEMSARIO POLITICO, LITERARIO, COMMERCIAL E DE INFORMAÇÕES

Registrada sob o n. 220, Livro «M» n. 1, no Cartorio do Registro de Titulos e Documentos, em 19 de Setembro de 1935, de accordo com o Decreto 24.766, de 14 de Julho de 1934.

REGISTRADO NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

Composto e impresso na Typ. CIDADE DO RIO Misericórdia, 86 — Tel. 42-3389	Director-Proprietario JOSÉ BOURGOGNE DE ALMEIDA Secretario: EMILIO ALVIM	Escritorio e redacção CARIOCA, 40-2.º and. - sala 4 (Elevador)
---	--	--

Anno XXI — Districto Federal

ABRIL DE 1941 — Num. 168

O ANNIVERSARIO DO PRESIDENTE GETULIO



O anniversario natalicio de um chefe de Estado como o presidente Getulio Vargas, governo dedicado á solução de todos os problemas nacionaes e aos interesses de todas as classes sociaes, não pôde ficar adstrito ao circulo de seus parentes e amigos.

E' uma data que interessa a todos os bons brasileiros, pois todos os bons brasileiros já se acostumaram a prezar a saúde pessoal desse grande patriota, como necessidade essencial ao desdobramento do grandioso plano de empreendimentos, posto em execução por S. Ex. para a prosperidade do Brasil.

“Vida Carioca”, que, desde o inicio, acompanha e applaude com justiça os actos felizes do governo Getulio Vargas, se associa ao jubilo nacional da data de 19 do corrente, e envia a S. Ex. suas respeitadas congratulações e seus sinceros votos de vida longa.

Também era editada no Rio de Janeiro a *Vida Doméstica*, inaugurada com “um programa todo consagrado a assuntos úteis à avicultura em geral, e à criação de todos os animais de utilidade ao desenvolvimento da riqueza”, buscando divulgar “todos os acontecimentos úteis sobre a natureza”, bem como abordar “os assuntos que se relacionem com a vida do lar”³⁴. Já ao completar seu vigésimo primeiro aniversário, a publicação se apresentava como “revista do lar e da mulher”³⁵. Em relação ao natalício do Presidente, *Vida Doméstica* apresentou um retrato autografado que ocupou página inteira, além de ter publicado coluna sob o título “O brasileiro Vargas”, afirmando que o mesmo teria sido “eleito pelo voto do povo, empossado pela justiça popular, e confirmado, na continuação do seu mandato, pelo pronunciamento cotidiano da vontade nacional”, em clara alusão a um suposto apoio popular ao Estado Novo. A matéria tratava inicialmente da discussão entre os termos “brasileiro” e “brasiliano” para designar o gentílico dos nascidos no Brasil. Perante tal debate, Vargas era definido como o verdadeiro brasileiro, em cujo aniversário receberia “as aclamações do seu povo e dos povos vizinhos e de outros mais que sentiram e sentem os efeitos benéficos da sua política de humanidade”, por ter feito “do Brasil o seu ofício” e sua “profissão de fé”³⁶.

³⁴ VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro, mar. 1920.

³⁵ VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro, abr. 1941.

³⁶ VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro, abr. 1941.

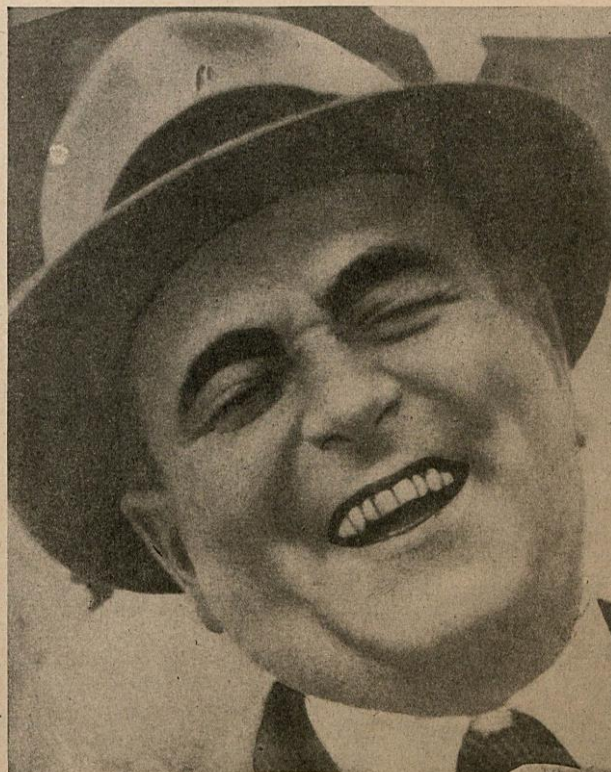


A *Visão Brasileira* declarava em sua apresentação que, “atendendo o ideal da nossa pátria, rasga os seus horizontes no panorama mundial, porque o Brasil quer aprender a lição dos grandes povos”. Pretendia também “aprofundar a realidade nacional no conhecimento do país”, bem como aspirava, “com a maior simpatia, estudar a alma das etnias que influenciaram na formação da nossa gente”. A revista demarcava seu “grandioso programa”, anunciando que procuraria realizá-lo, “dentro dos seus recursos, com a colaboração e a boa vontade dos nossos patrícios cultos e sinceramente patriotas”³⁷. A respeito do aniversário do Presidente, a *Visão Brasileira* trouxe um retrato de página inteira, com a personalidade política ostentando um aberto riso, visando a dar uma impressão simpática para com o líder do Estado Novo. Além disso, aparecia um exortativo “Salve 19 de abril”, demarcando que sequer era necessário um texto, tamanho seria o reconhecimento do político em pauta, tanto que se limitou a publicação a escrever: “Ao Dr. Getúlio Vargas, sem palavras, mas com a imensa satisfação da *Visão Brasileira*”³⁸.

³⁷ VISÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, fev. 1941.

³⁸ VISÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, abr. 1941.

SALVE 19 DE ABRIL



Ao Dr. Getúlio Vargas

Sem palavras, mas com a imensa satisfação de

"Visão Brasileira"



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

SALVE 19 DE ABRIL



do Dr. Getúlio Vargas

Som palavras, mas com a imensa satisfação de

"Visão Brasileira"

VISÃO BRASILEIRA

19



aniversario
do
Presidente
Getúlio
Vargas



Na passagem de mais um aniversário do presidente Getúlio Vargas, o povo brasileiro presta-lhe os mais sinceros cumprimentos e deseja-lhe as melhores homenagens e felicitações outras de alto apreço e grande consideração.



Coleção
Documentos

55

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

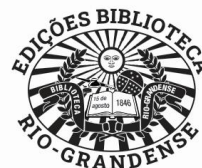
CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



edicoesbibliotecariograndense.com



ISBN: 978-65-89557-27-2